

## **Sumário da lição**

# **A investigação sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma análise multissetorial das práticas de relato e seus fatores determinantes**

Sumário pormenorizado da lição apresentada à Universidade do Algarve, em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 5º do Decreto-Lei nº 239/2007, de 19 de junho, para efeitos de admissão a provas de Agregação no ramo do conhecimento em Ciências Económicas e Empresariais, Especialidade de Gestão

**Sónia Maria da Silva Monteiro**

Setembro, 2024

# Índice

|  |    |
|--|----|
| Introdução   | 1  |
| 1. O Desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030                           | 4  |
| 1.1 Conceito e marcos relevantes   | 4  |
| 1.2 Contributos das organizações para a Agenda 2030                        | 6  |
| 2. Quadro regulamentar para o relato dos ODS                               | 10 |
| 3. Framework teórico: teorias associadas ao relato da sustentabilidade/ODS | 20 |
| 4. Revisão de estudos empíricos no contexto internacional e nacional       | 22 |
| 4.1 Práticas de relato dos ODS   | 23 |
| 4.2 Fatores determinantes do relato dos ODS                                | 25 |
| 4.3 Estudos no contexto nacional   | 25 |
| Conclusões, contributos e investigação futura                              | 32 |
| Referências  | 36 |

## Acrónimos e Siglas

CDSB - Climate Disclosure Standards Board

CSRD - Corporate Sustainability Reporting Directive

EFRAG -European Financial Reporting Advisory Group

ESG - Environmental, social, governance

ESRS - European Sustainability Reporting Standards

GEE - Gases de efeito estufa

GSSB - Global Sustainability Standards Board

GRI - Global Reporting Initiative

IES - Instituições de Ensino Superior

IFRS -International Financial Reporting Standards

IIRC - International Integrated Reporting Council

IPSASB - International Public Sector Accounting Standards Board

IR- International Integrated

ISSB - International Sustainability Standards Board

NFRD - Non-financial reporting directive

ODM- Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PME – Pequenas e medias empresas

SASB - Sustainability Accounting Standards Board

TCFD - Task Force on Climate-related Financial Disclosure

UE – União Europeia

UNGC – United Nations Global Compact

WBCSD - World Business Council for Sustainable Development

## Introdução

Nos últimos anos, tem-se verificado um enfoque na sustentabilidade e o estabelecimento de uma maior consciência nas organizações dos seus impactos ambientais e sociais, em particular após a aprovação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este facto, a par da crescente pressão regulatória internacional, tem levado as empresas a redefinir os seus modelos de negócio, estratégias e processos internos e externos (García-Sánchez et al., 2022), de modo a incluir a sustentabilidade como fator estratégico e diferenciador.

Em consonância com o acima exposto, a contabilidade/relato também está a passar por uma transformação, representando uma ferramenta útil para as organizações aumentarem a sua transparência e comunicarem adequadamente os seus resultados relacionados com a sustentabilidade.

As práticas de relato são fundamentais para alcançar e manter vantagens competitivas a longo prazo (Khan, 2022). Por este motivo, nos últimos anos assistiu-se a um aumento exponencial da literatura académica sobre a quantidade, qualidade e determinantes dos diferentes tipos de relato não financeiro (Minutiello & Tettamanzi, 2021).

Além disso, desde a publicação dos ODS, surgiu a necessidade de compreender como os objetivos da Agenda 2030 são abordados e representados pelas organizações nos seus relatórios de sustentabilidade, ou outros canais de comunicação, e quais os desafios e oportunidades que representam. De facto, a aprovação da Agenda 2030 despoletou na comunidade académica e científica o interesse pela elaboração de estudos relacionados com a implementação da Agenda 2030 e *reporting* de informação sobre os ODS no contexto empresarial (Curtó-Pagès et al., 2021; Pizzi et al., 2020- 2021; Garrido-Ruso et al., 2022; Awuah et al., 2024; Low et al., 2023), abrangendo também (embora em menor número) entidades do setor público, nomeadamente do governo local (Nicolò et al., 2023a; Sawani et al., 2023) e do ensino superior (Caputo et al., 2021; De la Poza et al., 2021). De um modo geral, esses estudos demonstram um aumento no nível e na qualidade do relato sobre os ODS ao longo do tempo (Bose & Khan, 2022; Hummel & Szekely, 2022), embora varie substancialmente entre países e setores (García-Sánchez et al., 2023a).

A literatura sobre relato dos ODS tem centrado o foco nos determinantes e motivações para o relato (Awuah et al., 2024). A literatura predominante tem-se debruçado nas características organizacionais (Pizzi et al., 2021; Rosati & Faria, 2019b) e determinantes externos, especialmente os fatores institucionais e culturais (Bose & Khan, 2022; García-Sánchez et al., 2020; Pizzi et al., 2022; Rosati & Faria, 2019a).

A maioria dos estudos centra-se em países desenvolvidos, principalmente na Europa (Datta & Goyal, 2022; García-Sánchez et al., 2023a). Este foco é justificado porque, de acordo com um relatório da ONU (2019), intitulado "The Future is Now: Science for Achieving Sustainable Development", os 10 países mais sustentáveis são membros da União Europeia (UE). Esta região tem sido muito ativa na promoção da sustentabilidade e da transparência nos negócios, estabelecendo um quadro regulamentar para a divulgação de informações sobre sustentabilidade e os ODS (García-Sánchez et al., 2023b). Além disso, entre os países europeus, Portugal, juntamente com Espanha, ocupa uma posição de destaque, com um elevado nível de compromisso com os ODS (Monteiro et al., 2023a). Portugal é reconhecido como um dos países mais sustentáveis do mundo (Bose & Khan, 2022), ocupando a 16ª posição entre os 167 países

avaliados, com uma pontuação geral de 80,22, conforme destaca o mais recente relatório das Nações Unidas (Sachs et al., 2024).

A Agenda 2030 representa um framework abrangente para avaliar o progresso de todos os intervenientes/atores sociais em direção aos ODS (Diaz-Sarachaga, 2021), sejam eles do setor empresarial, do setor público local, do setor do ensino, entre outros atores da sociedade. Em geral, os ODS fornecem um quadro para que o governo local alinhe as suas prioridades com os níveis nacional e global (Bisogno et al., 2023). Os ODS só podem ser alcançados se os atores locais participarem plenamente, não só na implementação, mas também na definição da agenda da sustentabilidade e sua monitorização (Tjandradew & Srinivas, 2018), comunicando posteriormente os seus resultados.

As organizações devem, pois, ser capazes de avaliar seus impactos sociais e ambientais, ajustando as suas estratégias em prol desenvolvimento sustentável. A divulgação de informações sobre o cumprimento da Agenda 2030 é um elemento-chave na transparência e *accountability*. Portanto, o relato desempenha um papel essencial ao destacar as contribuições e o progresso das organizações em relação aos ODS.

Neste contexto, nesta lição procuramos apresentar os avanços teóricos e empíricos, tanto a nível internacional como nacional, no que diz respeito ao relato dos ODS, oferecendo uma visão abrangente sobre como diferentes setores (nomeadamente o setor empresarial, o local e o da educação) implementam e reportam as suas iniciativas relacionadas aos ODS, e que fatores podem determinar essas práticas de relato.

Face ao exposto, esta lição está dividida em quatro pontos principais. Após esta introdução, abordaremos o conceito de desenvolvimento sustentável, destacando os marcos mais relevantes e os contributos que as organizações dos setores público e privado podem oferecer para a Agenda 2030.

O segundo ponto refere-se ao quadro regulamentar para o relato dos ODS, onde apresentaremos os esforços desenvolvidos por vários organismos reguladores para estabelecer normas e diretrizes nesta área.

No terceiro ponto, exploraremos o framework teórico comumente utilizado na literatura empírica para explicar o relato de sustentabilidade e dos ODS, proporcionando uma base sólida para compreender as práticas e abordagens adotadas pelas organizações.

O último ponto é dedicado à investigação empírica existente sobre o tema, no contexto internacional e com um foco mais detalhado no contexto português. Iremos destacar os principais resultados obtidos através de uma análise multissetorial, abrangendo diferentes setores como o empresarial, o local e o da educação.

A lição será concluída com um resumo das principais conclusões, contributos científicos e práticos resultantes da investigação sobre o relato do ODS, apresentando sugestões para futura investigação na área.

# 1. O Desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030

## 1.1 Conceito e marcos relevantes

Nos últimos anos, a preocupação com a sustentabilidade tem aumentado entre governos, empresas, academia e sociedade civil (Arkoh et al, 2023). Esta preocupação teve origem na década de 1960, quando os ambientalistas começaram a alertar para os impactos negativos das atividades económicas e humanas na poluição e degradação ambiental, assinalados pelo primeiro Earth Day em 1970. A Conferência de Estocolmo de 1972, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi um marco histórico por abordar como os problemas ambientais ameaçavam o desenvolvimento e o bem-estar das populações. Nesse período, além das questões laborais, as empresas começaram a ser responsabilizadas pelo seu impacto ambiental, embora oferecessem resistência e poucas mudanças de comportamentos (Singhania & Chadha, 2023).

Posteriormente, o termo “desenvolvimento sustentável” tornou-se popular através da Comissão Brundtland da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED, 1987), definido no Relatório Brundtland de 1987, como o desenvolvimento que visa satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

Embora o conceito de desenvolvimento sustentável já estivesse definido, a sua divulgação ganhou força em 1992 com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como “Cimeira da Terra”, realizada no Rio de Janeiro. Esta conferência visou dar seguimento à Conferência de Estocolmo e estabelecer parcerias globais através de acordos internacionais para melhorar a sustentabilidade e o desenvolvimento, considerando os interesses de todas as partes envolvidas. A conferência levou à criação da Agenda 21, que visa incentivar as autoridades locais a promoverem a sustentabilidade local (Lafferty et al. 2013).

Ao longo dos anos, diversas conferências foram realizadas para acompanhar a implementação da Agenda 21 e criar estratégias para a sua efetivação, baseando-se na Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis. Em 1994, destacou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente em Aalborg, Dinamarca, que resultou na Carta de Aalborg, uma declaração de princípios sobre a gestão ambiental urbana (Guerra, et al. 2009).

Em 1997, houve uma sessão especial da Assembleia das Nações Unidas em Nova Iorque, focada em avaliar o compromisso dos Estados com o desenvolvimento sustentável e preparar estratégias para a Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu em Joanesburgo em 2002. Três anos depois, em 2000, um marco importante foi a reunião de 147 Chefes de Estado e de Governo de 191 países, que estabeleceram os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), com metas para melhorar a qualidade de vida global, como descrito na Declaração do Milénio das Nações Unidas.

Com a necessidade urgente de combater as alterações climáticas, durante a terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em 1997, foi assinado o Protocolo de Quioto, tendo entrado em vigor em 2005. Este Protocolo estabeleceu metas vinculativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em 5,2% abaixo dos

níveis de 1990 entre 2008 e 2012. Em 2012, o "Doha Amendment" prorrogou o protocolo, com uma nova meta de redução, mais ambiciosa, de 18% das emissões em relação a 1990, no período de 2013 a 2020. O Protocolo de Quioto foi sucedido pelo Acordo de Paris, que entrou em vigor em 2016 e ampliou o âmbito global para incluir compromissos de redução de emissões para todos os países, com o objetivo de limitar o aquecimento global abaixo de 2°C, idealmente a 1,5°C, em relação aos níveis pré-industriais (Mor et al., 2023).

Um dos passos mais importante deste caminho traçado em prol do desenvolvimento sustentável foi a adoção da Agenda 2030 em 2015 (ONU, 2015). Em vigor desde 2016, esta agenda estabelece um quadro de atuação que se traduz em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)- conforme figura 1, 169 metas e 213 indicadores mensuráveis a serem alcançados até 2030.

**Figura 1. Objetivos de desenvolvimento sustentável**



Fonte: <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>

Os ODS abrangem diversas áreas, projetando um futuro sustentável ao abordar desafios como a ação climática, erradicação da pobreza e fome, redução da desigualdade social, promoção da paz e justiça e crescimento económico. Deste modo, ODS podem ser divididos em 4 dimensões distintas: Social (ODS 1-6), Económica (ODS 7-11), Ambiental (ODS 12-15) e Institucional (ODS 16-17), a que estão inerentes 5 princípios fundamentais, os 5 P's: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (conforme figura 2), integrados e inseparáveis dos 17 ODS.

**Figura 2. 5 P's da Agenda 2030**



Fonte: <https://ods.pt/ods/>

Os ODS pretendem ser universais e aplicáveis a todos os países, sob o mote de “não deixar ninguém para trás”. Assim, a Agenda 2030 convoca todos os atores da sociedade (organizações públicas e privadas e indivíduos) a trabalharem em conjunto para um mundo melhor e mais sustentável para as gerações futuras. Estes objetivos globais unem todos na busca pelo desenvolvimento sustentável, sendo que os governos de todos os estados-membros das Nações Unidas deixaram claro seu compromisso em alcançar os 17 ODS até 2030.

Apesar da Agenda 2030 ser promovida como um plano de ação global, a implementação dos ODS acontece cada vez mais a nível local, tornando os municípios atores-chave com responsabilidade na sua concretização (Reinar & Lundberg, 2023; Cohen et al., 2023), em parceria com as restantes entidades que representam a sociedade (e.g. setor empresarial, instituições de ensino, sociedade civil, etc.).

A implementação bem-sucedida dos ODS depende da capacidade dos governos locais de traduzir os ODS e as metas para os respetivos contextos, e da sua capacidade de implementar medidas que garantam uma abordagem holística dos ODS. De acordo com Westphal et al. (2018), uma estratégia para responder a esse desafio é adotar o ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, como um eixo central associado à dimensão urbana de outros ODS e relacionado com as responsabilidades dos governos, bem como com as responsabilidades sociais e ambientais das empresas, com o apoio das universidades e da comunidade.

As empresas têm um papel fundamental a desempenhar na consecução dos ODS, devendo integrá-los nos seus modelos de negócio e estratégias empresariais (García-Sánchez et al., 2022). Por lado, as universidades desempenham um papel crucial na promoção dos ODS, uma vez que realizam investigação sobre questões relacionadas com a sustentabilidade, desenvolvem soluções para os desafios sociais e formam futuros líderes. No âmbito da Agenda 2030, as respostas educativas são fundamentais para a visão dos ODS. A educação é, pois, um objetivo em si mesmo e um meio para alcançar todos os outros ODS (Monteiro et al., 2022).

A conferência das Nações Unidas “Summit of the Future”, de setembro de 2024 em Nova York, procura redefinir a governança global face aos desafios contemporâneos. O evento reúne líderes globais, académicos, organizações civis e o setor privado para criar uma nova agenda multilateral focada na paz, sustentabilidade e cooperação. Os principais temas incluem a reforma da governança global, aceleração dos ODS, uso ético de tecnologias emergentes (e.g. Inteligência artificial), ação climática, desigualdades e segurança internacional. O “Pacto para o Futuro” será apresentado com compromissos políticos para uma governança mais inclusiva, sustentável e resiliente.

## 1.2 Contributos das organizações para a Agenda 2030

A Agenda 2030, introduzida pela ONU em 2015, marca uma mudança no paradigma de desenvolvimento sustentável, representando um compromisso global para alcançar objetivos específicos de desenvolvimento sustentável até o ano de 2030, abrangendo todas as áreas e setores de qualquer país.

Atualmente estamos na “Década de Ação”, designação atribuída pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, uma década dedicada a acelerar o cumprimento dos ODS e

alcançar as suas metas até 2030. O Relatório do Desenvolvimento Sustentável de 2023, também conhecido como SDG Index 2023, destaca os ODS que apresentam os maiores desafios e aqueles em que os países estão mais bem posicionados. Além disso, o relatório aborda as tendências de progresso de cada indicador relacionado aos ODS para fornecer uma visão abrangente do estado do desenvolvimento sustentável em diferentes nações (Sachs et al., 2023).

No caso português, em 2017 foram definidos um conjunto de 6 objetivos como prioritários para Portugal - ODS 4, ODS 5, ODS 9, ODS 10, ODS 13 e ODS 14 (Relatório Nacional Voluntário de 2017). Um relatório do Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE, 2022) mostra que a maioria dos indicadores para estes objetivos estão dentro da meta, embora os ODS 5, 14 e 15 estejam atualmente com menos de 50% de progresso positivo. As previsões sugerem que Portugal atingirá 57,50% das metas dos ODS, o que o torna um dos países da UE com melhor desempenho em termos de desenvolvimento sustentável e de transição para uma economia de baixo carbono (Firoiu et al., 2022).

As organizações de todo o mundo, sejam elas do tecido empresarial ou entidades públicas, desempenham um papel essencial na realização dos ODS, uma vez que são um componente importante de qualquer economia, e esses objetivos requerem que as empresas, municípios e outros agentes económicos de uma região assumam um papel mais central e diversificado em vários aspetos de sustentabilidade.

Apesar do reconhecimento do papel crucial do setor empresarial e do seu potencial para contribuir para a Agenda 2030 e os ODS, as realizações têm sido insuficientes. O relatório "The Decade to Deliver - A call to business action" (UNGC e Accenture, 2019), apresenta um inquérito a mais de 1000 CEOs sobre a sustentabilidade e os desafios dos ODS. Em 2016, 49% dos CEOs consideravam as empresas como fundamentais para atingir os objetivos globais, e 90% afirmavam estar comprometidos com a liderança na Agenda 2030. No entanto, em 2019, apenas 48% dos CEOs implementavam a sustentabilidade no núcleo dos seus negócios, e apenas 21% acreditavam estar efetivamente a contribuir para os ODS (Monteiro et al., 2023a). Para envolver as empresas na Agenda 2030, é necessário transformar suas atividades principais, identificando e priorizando os ODS onde podem contribuir de forma significativa (Jimenez et al., 2021).

Os ODS são uma agenda universal que promove a cooperação entre setor público, privado e sociedade civil para o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, é crucial compreender como as organizações podem contribuir para a Agenda 2030, identificando possíveis obstáculos e oportunidades de aprimoramento (Católica-Lisbon 2022), bem como a forma como divulgam os esforços alcançados.

Os setores público e privado enfrentam diferentes pressões para divulgação de informação sobre sustentabilidade, sendo o setor privado impulsionado por exigências legais e pressão dos stakeholders, enquanto o setor público é mais influenciado por pressões políticas internas (Jones, 2010) e pela necessidade crescente da transparência da informação e *accountability* (Lamprinidi e Kubo, 2008, Midin et al., 2016). As instituições públicas desempenham papel crucial no desenvolvimento sustentável global e na realização dos ODS (Cohen et al., 2023). Ball e Bebbington (2008) enfatizam a responsabilidade adicional das entidades públicas na divulgação de informações devido às funções que estão inerentes às suas próprias competências em matéria de responsabilidade social.

Williams et al. (2011) ressaltam que as decisões locais afetam diretamente o bem-estar económico, social e ambiental, conferindo aos governos locais um papel crucial na promoção do relato de sustentabilidade. Apesar de inseridos num plano global, o lema “pensar globalmente, agir localmente” faz realçar a importância da ação local para resolver muitos dos problemas e desafios globais que motivaram a formulação dos ODS (Ansell et al., 2022). A concretização dos ODS depende, pois, da implementação a nível local, tornando os municípios atores-chave na tradução das metas em ações concretas dentro de seus territórios (Reinar & Lundberg, 2023, Ningrum et al. 2023), mobilizando recursos e envolvendo os vários stakeholders (Cohen et al., 2023). Embora não tenham participado diretamente da definição da Agenda 2030, os municípios são desafiados a assumir grande responsabilidade na sua concretização (Bisogno et al., 2023, Reuter, 2023).

Os municípios desempenham um papel crucial decisores políticos e agentes de mudança a nível local, estando numa posição privilegiada para fazer a ponte entre os objetivos da Agenda 2030 e as comunidades locais (Bisogno et al., 2023). Devido à sua proximidade com os cidadãos locais, os municípios têm a responsabilidade de desenvolver políticas e práticas alinhadas com a Agenda 2030 para o benefício das suas comunidades (Almeida, 2022; Bisogno et al., 2023; Krantz & Gustaffson, 2021). Essa contribuição para os ODS é realizada por meio de políticas de compras, desenvolvimento urbano, recolha de resíduos e regulamentos de tráfego e transporte, entre outros (Guarini et al., 2021). Aliás, o ODS 11, em particular, destaca a importância dos governos locais na gestão sustentável das cidades (Zinkernagel et al., 2018).

O ODS 11 é definido como um objetivo de desenvolvimento urbano sustentável (Meschede, 2019), destacando a necessidade de os municípios prestarem serviços básicos aos cidadãos sem comprometer o futuro. Este objetivo reforça o papel dos municípios na concretização dos ODS, uma vez que fornece orientações mais explícitas sobre a forma como os municípios se devem posicionar em questões específicas de necessidade primária. No entanto, para além do ODS 11, todos os outros ODS são também relevantes a nível local (Zinkernagel et al., 2018). Mohieldin et al. (2022), por exemplo, resumem bem a ligação entre os vários ODS e os Governos Locais e Regionais.

Por outro lado, os municípios desempenham um papel importante na definição de políticas e no apoio educativo para cimentar uma cultura de sustentabilidade (ODS 4), bem como na promoção de parcerias (ODS 17) com os intervenientes no seu território, nomeadamente associações, empresas, ONG, universidades, etc.

A educação está no cerne da estratégia para promover o desenvolvimento sustentável (Annan-Diab & Molinari, 2017). A Agenda 2030 representa uma oportunidade para a melhoria da gestão das Instituições de Ensino Superior (IES), da sua relação com os stakeholders e a comunidade em geral, e da articulação e consolidação das políticas de educação com os ODS. As IES estão numa posição privilegiada na sociedade para influenciar a implementação intersectorial dos ODS e avançar com a Agenda 2030, sendo uma fonte inestimável de expertise em investigação e educação sobre os ODS. Além disso, são amplamente consideradas como atores neutros e confiáveis (Zhou et al., 2020, Ashida, 2022). Essa posição permite promover e ajudar os diálogos e criar espaços de colaboração/parceria entre múltiplas partes interessadas (Vilalta et al., 2018).

Os ODS representam um framework para a atuação das IES em prol da sustentabilidade, de forma holística, em todos os seus eixos nucleares. A literatura destaca o papel das IES na promoção da Agenda 2030 nos seguintes quatro eixos principais (De Iorio et al., 2022; Leal Filho et al., 2021):

- Educação: Incorporar os ODS nos programas curriculares para desenvolver competências e envolver estudantes e jovens em práticas sustentáveis;
- Investigação: Estabelecer projetos de investigação interdisciplinar para contribuir para a geração de conhecimento, soluções baseadas em evidências e inovação, apoiando assim a implementação local e nacional da Agenda 2030;
- Governança e operações no campus: Alinhar as estruturas de governança, políticas operacionais e gestão interna de recursos com os ODS, e integrá-los nos mecanismos de responsabilização;
- Envolvimento com a comunidade: Demonstrar publicamente o compromisso e a mobilização dentro do setor de ensino superior, promovendo o diálogo intersetorial, a colaboração e as parcerias para potenciar as iniciativas da Agenda 2030.

De acordo com Lozano (2003), além destes quatro eixos principais, podemos acrescentar outro: monitorização/avaliação e Relato. Através da elaboração de relatórios, as universidades são obrigadas a medir aspetos das suas ações e de avaliar o seu impacto em prol dos ODS, rever as suas estratégias e práticas em conformidade com as métricas alcançadas, tornando-se mais conscientes das suas três missões: ensino, investigação e melhoria do conhecimento da comunidade.

## 2. Quadro regulamentar para o relato dos ODS

Para cada objetivo da Agenda 2030, foram definidas várias metas específicas (num total 169), permitindo a monitorização e a divulgação dos progressos alcançados em cada objetivo (Caiado et al., 2018). Entre estas metas, a meta 12.6 incentiva as organizações a adotarem práticas sustentáveis e a integrarem informação sobre sustentabilidade no seu ciclo de relato. Além disso, a meta 16.6 apela ao desenvolvimento de instituições responsáveis, eficazes e transparentes a todos os níveis. A transparência é, pois, uma das ferramentas de governação no desenvolvimento de estratégias para alcançar os ODS.

Segundo Rosati e Faria (2019a-b) um dos aspetos através dos quais as organizações podem diferenciar-se em relação ao seu relato de sustentabilidade é a adoção de conceitos e frameworks emergentes de sustentabilidade, como os atualmente representados pelos ODS. Nesse sentido, o relato corporativo pode desempenhar um papel importante ao divulgar as contribuições e o progresso das organizações em relação aos ODS, aumentando assim a transparência e a responsabilidade corporativa (García-Sánchez et al., 2023a), e orientando a tomada de decisões informadas para um futuro mais sustentável e equitativo. Deste modo, o relato dos ODS pode ser definido como as práticas de relato que as organizações utilizam para comunicar aos seus stakeholders como abordam os ODS (GRI & UNGC, 2018).

Izzo et al (2020) destacam que os ODS oferecem às organizações a oportunidade para redefinir prioridades e integrar os ODS na sua estratégia, fortalecendo o envolvimento dos stakeholders. No entanto, alertam que o relato sobre os ODS pode ser usado para destacar uma adoção dos ODS mais superficial do que substancial. Um dos principais riscos desta abordagem é focar-se apenas nas partes positivas das práticas sustentáveis da organização, adotando a forma, mas não o verdadeiro compromisso com os princípios dos ODS. Nesse cenário, os ODS correm o risco de se tornarem numa mera agenda de conformidade, onde a ênfase está 'mais no parecer do que ser', isto é divulgação de práticas sem a efetiva implementação.

Não obstante, na opinião de Heras-Saizarbitoria et al. (2022), este envolvimento superficial das organizações com os ODS, conhecido como "SDG-washing", e a ausência de práticas concretas para atingir as metas da Agenda 2030 podem ser usados como um meio de pressionar as organizações a adotarem práticas sustentáveis mais consistentes, de maneira estruturada e detalhada, por parte de stakeholders efetivamente preocupados com questões ambientais e sociais

Desta forma, a necessidade de garantir a padronização do relato, a comparação do desempenho e evitar a omissão do desempenho negativo são argumentos a favor da mudança de paradigma do relato voluntário para o relato obrigatório. Lyon e Montgomery (2015) consideram a regulamentação e legislação governamental como a solução mais eficaz de combate ao *greenwashing*, para acabar com as práticas empresariais enganadoras, contribuindo para um mercado mais justo e transparente.

Em matéria de relato da sustentabilidade, destacamos o trabalho desenvolvido pela Global Reporting Initiative (GRI): uma organização internacional independente que auxilia as organizações a assumirem a responsabilidade pelos seus impactos sociais e ambientais, fornecendo uma linguagem universal para comunicar esses impactos. A elaboração de

Relatórios de Sustentabilidade é uma prática fundamental no mundo corporativo que envolve medir, divulgar e prestar contas (*accountability*) dos esforços de uma organização em prol do desenvolvimento sustentável. As normas da GRI são, regra geral, utilizadas de forma voluntária pelas organizações na realização dos seus Relatórios de Sustentabilidade e adaptadas às suas necessidades, de forma a torná-los o mais homogêneo possível. A primeira versão (G1) das diretrizes GRI foi lançada em 2000 e atualizada regularmente. Em 2016, a Global Sustainability Standards Board (GSSB) fez uma transição significativa ao lançar as primeiras GRI Standards, com uma estrutura mais clara e modular, consistindo numa série de normas interconectadas: Universal Standards, Topic-Specific Standards (Económico, Ambiental e Social) e Sector Standards. Desde 2016, as Normas GRI têm sido continuamente atualizadas para refletir novas práticas e expectativas de relato. Em outubro de 2021, foram atualizadas as Normas Universais GRI, representando a mais recente atualização das normas GRI, e entraram em vigor em janeiro de 2023 (de Villiers et al., 2022).

As normas da GRI são aplicáveis a todo o tipo de organizações, no entanto as organizações são incentivadas a adaptá-las às suas necessidades específicas, levando em consideração fatores como o tamanho da organização, o setor, as práticas de sustentabilidade existentes e as expectativas das partes interessadas.

Em 2015, com o anúncio da Agenda 2030, a GRI, o World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e o United Nations Global Compact (UNGC) uniram esforços para criar um guia prático - *SDG Compass* - para apoiar as empresas e outras organizações a alinharem as suas estratégias com os ODS, além de medir e gerir as suas contribuições para a realização dos ODS. O *SDG Compass* coloca a sustentabilidade no centro da sua estratégia de negócio e ajuda as organizações a identificar as normas GRI que podem ser usadas para divulgar as suas ações para alcançar os ODS (*SDG Compass*, 2015). Segundo o *SDG compass*, os passos a seguir implicam: (1) conhecimento dos ODS na empresa e sua incorporação na cultura empresarial, (2) escolha dos ODS estratégicos; (3) definição dos objetivos e indicadores (KPI's); (4) incorporação dos objetivos e KPI's; (5) comunicação (*reporting*).

Deste modo, em 2016, como parte do *SDG Compass*, a GRI publicou um documento intitulado "Linking the SDGs and the GRI Standards" que apresenta uma lista das divulgações existentes nas normas GRI mapeadas em relação aos 17 ODS, e respetivas metas. Este documento torna mais fácil para as organizações e para os profissionais que elaboram relatórios avaliarem e comunicarem o seu impacto e contribuição para os ODS, utilizando as Normas GRI.

Além disso, o UNGC e a GRI também desenvolveram outros documentos fundamentais: 'Business Reporting on the SDGs: An Analysis of the Goals and Targets' (2017) e 'A Practical Guide to Defining Priorities and Reporting' (2018). Estes documentos não têm como objetivo criar um novo quadro de relato, pretendem apenas fornecer uma estrutura para ajudar as organizações a revelar a sua contribuição para os ODS considerados prioritários e a fornecer informações relevantes aos stakeholders. Ambos os documentos devem complementar-se mutuamente e fazer parte do ciclo regular de relato das organizações.

Mais precisamente, o documento "An Analysis of the Goals and Targets" prevê para cada uma das 169 metas uma lista de possíveis ações empresariais relevantes, ligações a outras convenções internacionais e diretrizes de relato (como UNGC, Normas GRI, etc.), enquanto o "Practical Guide" fornece uma abordagem estruturada para a implementação e relatório dos

ODS, que consiste em três etapas: 1ª) os ODS e as suas metas precisam ser compreendidos e priorizados; 2ª) os objetivos precisam ser definidos, medidos e analisados; 3ª) a implementação de relatórios eficazes sobre os ODS precisa ser realizada. Uma terceira publicação da UNGC e GRI (2018) (*In Focus: Addressing Investor needs in Business Reporting on the SDG*), destaca a importância de alinhar o relato dos ODS com as necessidades de informação dos investidores.

De acordo com a KPMG (2022), o framework GRI é o mais amplamente utilizado para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. E mesmo a GRI (2022) afirma ser o conjunto de normas mais utilizado para o relato sobre os ODS à escala mundial. Portanto, muitas das principais organizações que relatam os ODS utilizam as normas do GRI (Van der Waal & Thijssens, 2020).

No entanto, alguma literatura aponta o relato integrado como uma promissora abordagem para a contribuição e divulgação dos ODS. Adams (2017) apresenta críticas a iniciativas como a SDG Compass, considerando que a linguagem utilizada no documento está muito mais próxima da linguagem dos relatórios integrados do que da linguagem dos relatórios de sustentabilidade (princípios do UNGC e normas da GRI). Por conseguinte, a autora afirma que as organizações devem comunicar a sua contribuição para as metas dos ODS juntamente com os 6 "capitais" previstos no Framework do Relatório Integrado (Integrated Reporting <IR> Framework), desenvolvido em 2013 pelo International Integrated Reporting Council (IIRC).

O <IR> Framework (IIRC, 2013) tem como princípios básicos: o foco estratégico e orientação para o futuro, a conectividade da informação, as relações com os stakeholders, a materialidade, a concisão, a confiabilidade, a completude, a coerência e a comparabilidade. O <IR> Framework incorpora elementos como: demonstrações sobre capital intelectual, resultados e performance financeira, estratégias empresariais, atividades para a criação de valor e sustentabilidade das operações de negócios, governo das empresas, envolvente social e ambiental. O relato integrado não se limita à mera função de relato externo, pois também se relaciona com os mecanismos internos, isto é, com a capacidade de considerar um entendimento integrado da estratégia e da política organizacional

Assim, neste Framework não foram estabelecidos indicadores, mas sim um conjunto de "capitais" - financeiro, manufaturado, intelectual, social e relacional, humano e natural - que formam os principais componentes do relato empresarial, e que garantem o relato da informação sobre a envolvente interna e externa. Numa lógica de "pensamento integrado", conjuntamente com o "capital" financeiro, este modelo de relatório refere-se aos "capitais" não financeiros proporcionando uma visão mais holística do desempenho da organização. Ao agregar no mesmo relato todas as componentes ("capitais") que contribuem de forma efetiva para o sucesso organizacional e para a criação de valor, não só no curto, mas também no médio e longo prazo, permite alargar o horizonte temporal do tradicional e redutor relato financeiro e de sustentabilidade (de Villiers et al., 2014).

Izzo et al. (2020) enfatiza o papel crítico do relato integrado na promoção da transparência e da responsabilidade nos esforços de sustentabilidade corporativa e destaca a importância de alinhar as práticas empresariais com os ODS, para alcançar os objetivos de sustentabilidade global a longo prazo. Neste contexto, faz uma análise exaustiva ao documento "The Sustainable Development Goals Disclosure Recommendations", lançado por Adams et al. (2020). Este documento é visto uma oportunidade para estabelecer melhores práticas de relato corporativo

sobre os ODS e permitir uma divulgação mais eficaz e padronizada sobre mudanças climáticas, impactos sociais e ambientais (Adams et al., 2020). As recomendações baseiam-se na abordagem sugerida para contribuir com os ODS alinhada à criação de valor a longo prazo, conforme o relatório de Adams (2017). As recomendações oferecem uma nova abordagem para as organizações tratarem questões de desenvolvimento sustentável, alinhadas ao <IR> Framework, à Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD) e ao GRI. Ou seja, não propõem uma abordagem alternativa à divulgação; em vez disso, completam e integram frameworks que já são familiares para as organizações, aumentando a credibilidade das suas divulgações e incorporando concretamente os ODS no seu modelo de negócio e no processo de decisão estratégica para contribuir para o desenvolvimento sustentável. As recomendações estabelecem um processo de cinco etapas para alinhar a abordagem de uma organização aos ODS com o pensamento integrado e a criação de valor a longo prazo para organizações e sociedade, conforme definido no <IR> Framework.

Em 2021, o IIRC fundiu-se com o Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para estabelecer a Value Reporting Foundation. Posteriormente, essa nova fundação, juntamente com o Climate Disclosure Standards Board (CDSB), seria integrada no International Sustainability Standards Board (ISSB) da International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation. Esse processo de consolidação resultou num crescente foco no setor privado na divulgação de relatórios integrados, com um impacto esperado nas entidades do setor público (Rossi et al., 2023), incluindo governos locais e universidades públicas.

A par da crescente pressão social e institucional dos stakeholders, estamos atualmente a assistir a uma mudança de paradigma de relato voluntário para obrigatório, que promete impactar direta e indiretamente milhares de empresas a nível global, especialmente na UE (Singhania & Chadha, 2023). De um ponto de vista regulamentar, o quadro jurídico da UE em matéria de relato de sustentabilidade tem vindo, pois, a evoluir significativamente.

A Estratégia da UE para a Responsabilidade Social Empresarial (2011-2014) reconhece a divulgação de informações como um elemento crucial para a transparência e *accountability*, resultando na promulgação da Diretiva 2014/95/UE, em 22 de outubro de 2014, também conhecida como Diretiva relativa à divulgação de informações não financeiras (*Non-financial reporting directive* - NFRD). Esta diretiva alterou a anterior Diretiva 2013/34/EU de 26 de junho e alargou a obrigação de divulgação de informações sobre questões sociais e ambientais a um público mais vasto de empresas cotadas e entidades de interesse público.

A NFRD trata da divulgação de informações não financeiras relacionadas às áreas social, ambiental e de governança corporativa por parte das empresas. Este diploma obriga determinadas sociedades a incluir, no relatório de gestão anual, uma demonstração não financeira, ou, alternativamente, a elaborar um relatório separado que inclua as informações exigidas para a demonstração não financeira. Esta Diretiva teve de ser transposta para a legislação dos vários Estados-membros da UE até ao final de 2016, aplicando-se às grandes empresas que sejam entidades de interesse público<sup>1</sup> ou a grandes grupos que, à data de

---

<sup>1</sup> São entidades de interesse público, por exemplo, instituições de crédito, empresas de seguros, empresas cujos valores mobiliários sejam admitidos à negociação num mercado regulamentado de um Estado-Membro, ou empresas designadas pelos Estados-Membros como de relevância pública significativa em razão do seu tipo de atividades, da sua dimensão ou do seu número de trabalhadores.

encerramento do seu balanço (individual ou consolidado, respetivamente), tenham em média mais de 500 trabalhadores.

A NFRD entrou em vigor em todos os Estados-Membros da UE em 2018, quando todos os Estados-membros transpuseram a diretiva para a legislação nacional. No entanto, a diretiva deixou uma grande flexibilidade na aplicação das suas disposições, ao não impor normas obrigatórias de informação nem limites de divulgação, deixando espaço para a divulgação estratégica. Em Portugal, a diretiva foi transposta através do Decreto-lei nº 89/2017, de 28 de julho, deixando também em aberto a escolha do referencial a seguir para a elaboração dos relatórios não financeiros.

Após a implementação da NFRD, a comunidade científica observou efeitos variados e controversos. A evidência empírica tem demonstrado que algumas empresas optaram por dar cumprimento a este diploma através da publicação de relatórios de sustentabilidade, muitas vezes seguindo as orientações das normas da GRI (Pereira et al., 2020; Carmo & Ribeiro, 2022, Lemos et al., 2023). No entanto, algumas empresas não exibiram um crescimento significativo devido à prática já existente de relatórios voluntários (Cordazzo et al., 2020).

Estudos mostraram que algumas empresas europeias aumentaram a quantidade de relatórios e melhoraram a qualidade das divulgações da informação não financeira (Breijer & Orij, 2022; Arif et al., 2022; Caputo et al., 2020, Ottenstein et al., 2022). Gazzola et al. (2020) também demonstraram que a diretiva exerceu uma influência positiva no relato dos ODS, sendo que as empresas estão cada vez mais a adotar a divulgação dos ODS. No entanto, a NFRD não conseguiu resolver problemas de transparência e confiabilidade, pois os auditores apenas tinham de verificar a apresentação das informações não financeiras sem avaliar seu conteúdo (La Torre et al., 2020; Primec & Belak, 2022). Além disso, a falta de padrões obrigatórios resultou em modelos de relato variados e não necessariamente comparáveis (Primec & Belak, 2022).

Precisamente, o livre arbítrio permitido pela NFRD na escolha dos *frameworks* a usar pelas empresas para o relato de informação não financeira, conduziu à dificuldade de comparabilidade da informação. Neste contexto, em abril de 2021, a Comissão Europeia publicou a sua proposta de Diretiva relativa à divulgação de informações sobre sustentabilidade das empresas, com o objetivo de substituir a NFRD, ajustando os seus requisitos de divulgação.

A proposta da nova diretiva é um elemento fundamental do Plano de ação da Comissão Europeia sobre o financiamento sustentável (2018)<sup>2</sup>, que inclui um conjunto abrangente de medidas para melhorar o fluxo de capital para empresas sustentáveis em toda a UE. Para o sucesso daquele plano de ação, é fundamental que sejam obtidas informações mais claras, transparentes e comparáveis sobre os riscos de sustentabilidade a que as organizações estão expostas e sobre o seu impacto nas pessoas e no ambiente.

O objetivo da proposta da diretiva era melhorar a comunicação de informações sobre sustentabilidade no mercado único da UE, levando as empresas a alinharem-se por normas de

---

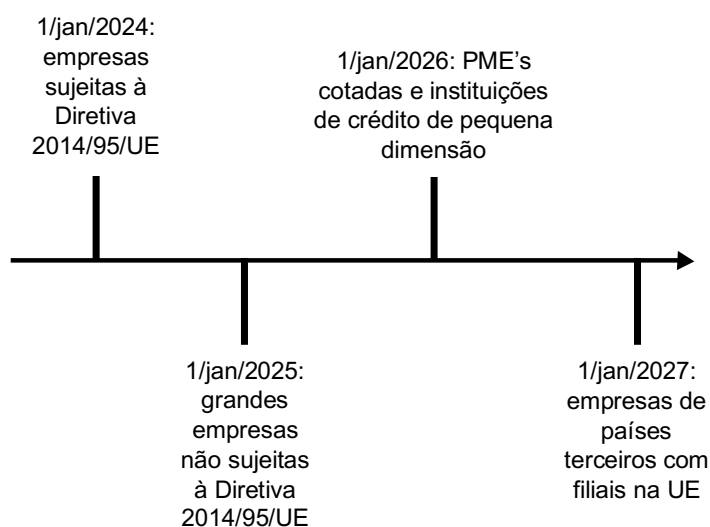
<sup>2</sup> Em 2018, a Comissão Europeia apresentou o Plano de Ação da UE para as Finanças Sustentáveis, um ambicioso pacote de medidas que visam promover o investimento em atividades sustentáveis, que contribuem para o cumprimento dos ambiciosos compromissos assumidos, como o Acordo de Paris, o European Green Deal, Pacto Ecológico Europeu ou os ODS. O plano estabeleceu três objetivos principais: i) reorientar os investimentos para negócios sustentáveis; ii) gerir os riscos financeiros decorrentes de questões ambientais e sociais; iii) aumentar a transparência da informação.

divulgação de informações de elevada qualidade, excluindo comportamentos estratégicos, tendo por base requisitos de informação mais pormenorizados assentes em normas obrigatórias da UE em matéria de relato de sustentabilidade. A taxonomia verde da UE é a pedra angular fundamental que melhorará os relatórios de sustentabilidade, sendo o suporte da proposta da nova diretiva. Introduzida pelo Regulamento da UE 2020/852, a Taxonomia Verde estabelece os critérios técnicos que definem inequivocamente as empresas amigas do ambiente, com o objetivo de aumentar a transparência no mercado único da UE.

Face ao exposto, a NFRD foi substituída pela Diretiva 2022/2464/EU, de 16 de dezembro de 2022 - Diretiva do Relato de Sustentabilidade Corporativo (*Corporate Sustainability Reporting Directive* - CSRD), tendo como objetivo criar um framework coerente de divulgação de informação em matéria de sustentabilidade ao longo de toda a cadeia de valor financeiro na UE. A CSRD, juntamente com o Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis (Regulamento 2019/2088) e com o Regulamento da Taxonomia (Regulamento 2020/852) constituem as componentes centrais dos requisitos do novo Framework de reporting de sustentabilidade, que visa apoiar a estratégia de financiamento sustentável da EU e promover uma maior informação sobre o posicionamento e performance das empresas neste tema. A Diretiva CSRD sinaliza ao mercado que a informação não financeira, sobre sustentabilidade, é tão importante quanto a informação financeira e abre caminho para um maior envolvimento dos investidores com essa informação

A CSRD alarga o âmbito de aplicação a todas as grandes empresas e todas as empresas cotadas em mercados regulamentados, exceto as microentidades. No caso das pequenas e médias empresas (PME) cotadas, podem ser aplicadas normas mais simples e ajustadas à sua realidade (EFAA, 2023). A aplicação da Diretiva CSRD, será progressiva e ocorrerá em quatro fases, tal como podemos conferir na Figura 3. O diploma aplica-se em 2025, por referência ao ano de 2024, às empresas já sujeitas aos requisitos de relato não financeiro introduzidos pela NFRD. Para as restantes empresas, a implementação é gradual, até 2027.

**Figura 3. Âmbito de aplicação da CSRD**



Fonte: Araújo (2023)

Não obstante o âmbito de aplicação ser restrito a empresas de grande dimensão, acreditamos que a diretiva de relato de sustentabilidade terá também um impacto significativo em empresas de menor dimensão, uma vez que a diretiva estabelece que as informações de sustentabilidade devem conter dados sobre as operações da própria empresa e sobre a cadeia de valor, incluindo produtos e serviços, relações comerciais e cadeia de fornecedores, sempre que relevantes.

Além das alterações ao nível do alargamento do âmbito de aplicação, a diretiva obriga à utilização das Normas Europeias de Relato da Sustentabilidade (*European Sustainability Reporting Standards* - ESRS), assentes nos critérios ESG (Environmental, social, governance), que servem de base à preparação da informação a incluir no Relatório de Gestão, de forma a garantir que as empresas apresentem informações de sustentabilidade fiáveis e comparáveis.

A Comissão Europeia delegou no European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG) a responsabilidade de elaborar as ESRS, que irão definir o modelo de reporte de sustentabilidade europeu e, ao fazê-lo, torna ainda mais sólido e rigoroso o compromisso europeu com o Acordo de Paris e com os ODS. Pretende-se que haja uma conexão/complementariedade entre o relato financeiro e de sustentabilidade pelo que, na sua estrutura organizativa, o EFRAG criou o EFRAG Sustainability Reporting Board (coadjuvado pelo EFRAG Sustainability Reporting TEG), para, juntamente com o EFRAG Financial Reporting Board colaborarem com o European Corporate reporting Lab., no sentido de estimular a inovação no campo do relato empresarial, através da identificação e partilha de boas práticas de relato.

O primeiro conjunto de 12 normas ESRS foi emitido em novembro de 2022, tendo sido adotadas pela Comissão Europeia em 31 de julho de 2023 (Regulamento Delegado C(2023) 5303) e, posteriormente, aprovadas pelo Parlamento Europeu, em outubro de 2023. Este primeiro conjunto de normas inclui 2 normas de divulgação transversais e normas temáticas específicas. O segundo conjunto de ESRS está em preparação, relativo a normas sectoriais (ESRS sector-specific standards), bem como normas específicas para as PME.

Para garantir um elevado grau de comparabilidade entre empresas são obrigatórios para todas as empresas: requisitos de divulgação gerais, requisitos específicos do setor, bem como divulgações específicas da própria entidade, nos tópicos ESG previstos nas normas, incluindo questões:

- Ambientais: (i) mitigação das alterações climáticas; (ii) adaptação às alterações climáticas; (iii) recursos hídricos e marinhos; (iv) economia circular e utilização de recursos; (v) poluição do ar, da água e do solo; (vi) biodiversidade e ecossistemas;
- Sociais: (i) igualdade de oportunidades, (ii) condições laborais; (iii) respeito pelos direitos humanos;
- Governança: (i) papel da administração e composição, (ii) ética empresarial; (iii) envolvimento político; (iv) relação com fornecedores; (v) controlo interno e gestão de risco.

Os requisitos e divulgações das ESRS foram desenvolvidos com base nos standards existentes de informação sobre sustentabilidade compilados pelo EFRAG, visando criar um framework "unificado". A GRI trabalhou em estreita colaboração com a EFRAG no desenvolvimento das ESRS. Como a maioria das empresas europeias usa as Normas GRI, as ESRS foram alinhadas com

estas para minimizar esforços adicionais por parte das empresas. Assim, entidades que reportam segundo as ESRS também serão consideradas como seguindo as normas GRI, evitando assim a necessidade de múltiplos relatórios. Após a aprovação das ESRS pelo Parlamento Europeu, o GRI emitiu um acordo de cooperação e, anteriormente, ambas as entidades já tinham anunciado uma declaração conjunta de interoperabilidade. Como resultado tangível deste segundo acordo de cooperação, foi disponibilizado em novembro de 2023 um Índice de Interoperabilidade GRI-ESRS, que visa alinhar e harmonizar as informações de sustentabilidade entre os dois frameworks. Este índice estabelece definições e um glossário comuns, padroniza métricas e indicadores ESG, e harmoniza estruturas e formatos de reporte. O índice também fornece diretrizes e melhores práticas para uma comunicação clara e transparente das informações de sustentabilidade (Biancone et al., 2024).

Se, por um lado, assistimos a um esforço de harmonização do relato da sustentabilidade no seio da UE, também importa aqui realçar, a nível internacional, os recentes desenvolvimentos da IFRS Foundation. Em setembro de 2020, publicou um “Consultation Paper on Sustainability Reporting”, representando a sua primeira tentativa de entrar no campo da prática de relatórios de sustentabilidade. Daqui resultou a criação, em novembro de 2021, do International Sustainability Standards Board (ISSB), responsável pela emissão das IFRS Sustainability Disclosure Standards. Trabalhando em articulação com o International Accounting Standards Board (IASB), a IFRS Foundation procura uma relação entre o relato financeiro e o relato de sustentabilidade. O ISSB foi criado para harmonizar os vários standards de relatórios de sustentabilidade e oferecer um conjunto global de normas internacionais focadas nas necessidades dos investidores, nomeadamente comunicar informações de sustentabilidade de carácter financeiro. Para tal, integra iniciativas já existente como o SASB - Sustainability Accounting Standards Board (conhecido pela sua abordagem focada em métricas específicas por setor), o TCFD - Task Force on Climate-related Financial Disclosures (cujas recomendações fornecem uma estrutura para divulgar riscos e oportunidades relacionadas ao clima) e o IIRC (que promove a integração de informações financeiras e não financeiras, num modelo de relato integrado) (de Villiers et al., 2022).

Em junho de 2023, o ISSB publicou as duas primeiras normas internacionais de relato de sustentabilidade (IFRS S1 e IFRS S2), dando início a uma nova fase de divulgação da informação sobre sustentabilidade nos mercados de capitais a nível mundial. A norma IFRS S1 respeita aos requisitos gerais de divulgação de informação financeira de sustentabilidade e a norma IFRS S2 às divulgações relativas ao clima. Estas normas entraram em vigor para períodos de relato anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024. Contudo, a data de aplicação efetiva das normas depende da legislação de cada Estado ou da aplicação voluntária das mesmas pelas entidades, caso não haja obrigação legal da sua aplicação (Ignatova, 2024).

Existem algumas diferenças fundamentais entre as normas, considerando que o ISSB é mais direcionado para investidores, enquanto as ESRS são para um conjunto mais amplo de stakeholders. Portanto, a materialidade financeira é o critério principal das normas do ISSB, avaliando como as questões de sustentabilidade impactam o valor económico da empresa. Já as ESRS adotam uma abordagem mais ampla da dupla materialidade, que inclui tanto a materialidade financeira quanto a materialidade de impacto. Isso significa que as empresas devem relatar não apenas como as questões ESG afetam a sua performance financeira

(perspetiva outside-in), mas também como suas atividades impactam o meio ambiente e a sociedade (perspetivas inside-out) (de Villiers et al., 2022).

Cada framework traz um conjunto distinto de métricas e requisitos que as empresas são obrigadas a reportar. Como consequência, tal não só pode aumentar a confusão dentro das empresas, como também representa um desafio para os stakeholders que tentarão entender os relatórios. Para minimizar este esforço, as normas europeias (ESRS) e internacionais (IFRS S1 e IFRS S2) foram desenvolvidas em paralelo através de debates construtivos entre o EFRAG e o ISSB, visando um elevado grau de alinhamento nos casos em que as normas se sobreponham. Ambos os organismos anunciaram que estão a trabalhar em conjunto em orientações de interoperabilidade para alinhar estrategicamente os frameworks europeu e internacional, simplificando e agilizando as complexidades do reporte de sustentabilidade, de forma a ajudar as empresas que aplicam tanto as ESRS quanto as IFRS.

Assim, foi publicada uma tabela de mapeamento que relaciona os requisitos da IFRS e das ESRS, particularmente nas alterações climáticas. Ambas as normas de alterações climáticas (em particular a IFRS-S2 do ISSB e a E1 das ESRS), têm uma base conceptual semelhante e baseiam-se fortemente nas recomendações do TCFD, alcançando assim um grau considerável de alinhamento. O elevado grau de interoperabilidade entre as ESRS e as duas normas do ISSB reduz significativamente o risco de que as empresas obrigadas a reportar de acordo com as ESRS também sejam obrigadas a reportar separadamente segundo os padrões do ISSB (de Villiers et al., 2022). Assim, compreender onde os frameworks se alinham e divergem ajudará as empresas a desenvolver a estratégia de relato necessária, os processos de recolha de dados e os controlos relacionados, proporcionando um processo simplificado e uma utilização eficaz dos recursos.

Também o ISSB e o GRI têm um Memorando de Entendimento para coordenar esforços visando a interoperabilidade entre as suas normas. Estes organismos realizam reuniões regulares e estão a criar documentos de orientação para alinhar divulgações, conceitos e definições, incluindo comparações de requisitos de divulgação. O GRI e o ISSB ocupam atualmente duas posições diferentes na arena da normalização de elaboração de normas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. O ISSB tem por objetivo estabelecer normas para a divulgação da sustentabilidade orientada para os investidores, que pode ter implicações financeiras para entidades. As normas GRI continuarão a manter uma posição de destaque a nível mundial como as principais normas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, numa abordagem multilateral, para satisfazer os interesses de vários stakeholders (e não apenas os investidores) (de Villiers et al., 2022).

Também no contexto do setor público, tendo em vista o desenvolvimento de orientações específicas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade no setor público a nível global, o International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) iniciou a definição de três projetos, focados nos seguintes temas: requisitos gerais para divulgação de informações financeiras sobre sustentabilidade, informações relacionadas com o clima e divulgações não financeiras sobre recursos naturais. O primeiro projeto já resultou na emissão do documento de orientação geral para o setor público "Reporting Sustainability Program Information – Amendments to RPGs 1 and 3: Additional Non-Authoritative Guidance" (IPSASB, 2023), embora o objetivo final seja a criação de quadro conceptual do IPSASB (tomando como referência as normas e orientações do GRI e o ISSB), que servirá como base para definir os principais requisitos de relato do setor público, garantindo a conexão entre a sustentabilidade e os requisitos de

relato financeiro. O segundo projeto tende a seguir o exemplo dos documentos aplicáveis ao setor privado, baseando-se na IFRS S2 do ISSB, que trata de riscos e oportunidades climáticas. O terceiro será desenvolvido através da emissão de exposure drafts, propondo orientações IPSAS sobre recursos naturais, bem como um alinhamento com a IFRS 6 (Bisogno, 2024).

Mio et al. (2020) destacam a relevância de regulamentações obrigatórias, como forma de induzir as empresas a fornecerem informações sobre sustentabilidade mais amplas, reduzindo a assimetria de informação. No entanto, apesar dos avanços acima apontados, como a colaboração entre o UN Global Compact e o GRI, e os acordos de interoperabilidade entre o GRI, EFRAG e o ISSB para simplificar o relato de sustentabilidade, ainda não existe um framework ou metodologia padrão amplamente aceite para relatar sobre os ODS. Tanto o normativo europeu quanto o internacional em desenvolvimento não preveem divulgações específicas sobre os ODS. Esta falta de um framework específico para as organizações comunicarem o seu progresso nos ODS (Cohen et al., 2023) leva a uma lacuna de informação que afeta os interesses dos stakeholders e a suas necessidades de informação para a tomada de decisão, devendo ser alvo de investigação e amadurecimento por parte da comunidade científica e dos organismos reguladores.

### 3. Framework teórico: teorias associadas ao relato da sustentabilidade/ODS

As Teorias da Legitimidade, dos Stakeholders e Institucional são as teorias dominantes para explicar a divulgação voluntária do relato da sustentabilidade por parte das organizações. A legitimidade é definida como uma percepção ou aceitação generalizada de que as ações de uma entidade são apropriadas no contexto de normas, valores, crenças e definições construídas pela sociedade (Suchman, 1995). A Teoria da Legitimidade surgiu da ideia de que o apoio que a sociedade dá às organizações é crucial para a sua imagem, crescimento e sustentabilidade (Maama & Mkhize, 2020). Assim, esta teoria baseia-se na noção de que existe um contrato social entre a organização e a sociedade. Se uma organização não corresponder às expectativas da sociedade, pode enfrentar constrangimentos no seu funcionamento normal e assistir a uma diminuição da procura dos seus produtos/serviços. A necessidade de as organizações se comportarem de acordo com as expectativas da sociedade explica, assim, a necessidade de demonstrarem o cumprimento das normas através do relato da sustentabilidade. A Teoria da Legitimidade considera a divulgação de informações sociais e ambientais como um mecanismo utilizado pelas organizações para moldar a forma como são percecionadas (e serem aceites) pelos stakeholders e pela sociedade como um todo, servindo como ferramenta para ganhar ou manter a legitimidade das suas ações na sociedade (Cho & Patten, 2007, Gutiérrez-Ponce & Wibowo, 2023).

A Teoria dos Stakeholders reconhece que, para prosperar a longo prazo, as empresas devem equilibrar os interesses de diversos grupos de stakeholders, além de satisfazer os acionistas (Arkoh et al., 2023). Assume-se que, para além dos acionistas, existem outros grupos interessados nas ações das empresas, com os quais os gestores se devem preocupar para obter o seu apoio e aprovação (Freeman, 1984). Esta teoria considera que a informação divulgada pelas entidades não se dirige apenas aos investidores e acionistas, como defendem as teorias clássicas, mas sim a uma multiplicidade de utilizadores da informação empresarial (Roberts, 1992, Deegan et al., 2002). Assim, os relatórios de sustentabilidade servem como ferramentas de diálogo e envolvimento entre empresas e stakeholders, promovendo a troca de informações sobre questões de interesse (Singhania & Chadha, 2023).

Diversos estudos utilizaram a combinação/complementaridade de várias teorias, porque se entende que nenhuma teoria isolada pode explicar completamente o fenómeno da divulgação de informações (Bartolacci et al., 2022). Todavia, segundo Branco e Rodrigues (2008), um problema relacionado com a tentativa de combinar diferentes quadros teóricos para explicar o comportamento organizacional é o facto de serem frequentemente incompatíveis em alguns aspetos importantes. As teorias centram-se frequentemente em conceitos centrais diferentes e a utilização de um quadro teórico múltiplo deve centrar-se em conceitos nucleares comuns. Por exemplo, tanto a Teoria da Legitimidade como a Teoria dos Stakeholders consideram que as empresas estão inseridas num sistema social. Segundo Vithana et al. (2021), a combinação destas duas teorias fornece um quadro macro (teoria da legitimidade) e micro (teoria dos stakeholders) para as especificidades das ações empresariais, proporcionando uma compreensão mais abrangente da comunicação, divulgação e interações entre a empresa e o seu ambiente. Por outro lado, Ribeiro et al. (2026) usaram uma abordagem combinada das teorias da Legitimidade e Institucional para explicar como os municípios respondem às pressões para adotar práticas de divulgação de sustentabilidade, visando aumentar a sua legitimidade.

A legitimidade é frequentemente considerada como o eixo central da Teoria Institucional (Deegan, 2002). De acordo com Oliver (1991), a Teoria Institucional sugere que as forças institucionais influenciam significativamente as organizações, levando-as a conformarem-se com as normas e expectativas sociais. O ambiente externo exerce pressão através de leis, normas e rotinas, influenciando comportamentos e políticas de divulgação. O relato dos ODS pode ser uma forma utilizada pelas organizações para gerir essas pressões, aumentar a transparência e ganhar legitimidade.

A teoria institucional centra-se na ligação entre o contexto institucional e as organizações, introduzindo o conceito de “isomorfismo” (DiMaggio & Powell, 1983). Este conceito elucida como as organizações que operam no mesmo contexto institucional são compelidas, embora através de pressões diferentes, a tomar decisões muito semelhantes e a estabelecer a sua legitimidade no seu ambiente contextual. DiMaggio e Powell (1983, p. 149) definem o processo institucional de homogeneização através do qual as organizações adotam estruturas e práticas idênticas como “isomorfismo”. Os três mecanismos possíveis de isomorfismo são: coercivo, mimético e normativo. O isomorfismo coercivo resulta de pressões formais e informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais dependem, como o sistema legal e regulamentar (ou seja, leis, decretos ou regulamentos) em que as organizações operam. O isomorfismo normativo está presente nas recomendações para a adoção de práticas institucionais comuns (ou seja, conformidade moral ou pressão exercida por organismos profissionais em termos de valores, crenças ou normas sociais). Por último, o isomorfismo mimético manifesta-se pela adoção de estruturas e procedimentos/comportamentos semelhantes aos considerados como exemplos positivos ou de referência, geralmente aceites no mesmo setor.

A Teoria Institucional tem sido utilizada para investigar como as organizações se conformam às pressões isomórficas para alcançar legitimidade e, assim, melhorar suas probabilidades de sobrevivência. Portanto, a Teoria Institucional sugere que as organizações adotam práticas de relato externo para obter por um estado de legitimidade e apoio social (Deegan, 2019). A Teoria Institucional pode explicar comportamentos semelhantes e a homogeneização das iniciativas e divulgações de sustentabilidade em determinados campos organizacionais, setores e países (Singhania & Chadha, 2023). De igual forma, o relato dos ODS pode representar uma resposta corporativa às pressões institucionais que as empresas enfrentam em relação ao desenvolvimento sustentável (García-Sánchez et al., 2023a). A adoção de práticas de divulgação de informações sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável parece seguir os mecanismos de isomorfismo de DiMaggio e Powell (1983). De facto, as organizações (independentemente do seu setor) podem recorrer a relatórios autónomos ou fazer uso da Internet para facilitar a divulgação de informação por várias razões: para imitar organizações semelhantes no mesmo setor - isomorfismo mimético-, sob a influência da profissão contabilística - isomorfismo normativo-, ou devido a requisitos legais - isomorfismo coercivo (e.g. NFRD e CSRD).

Mio et al. (2020) destacam que a procura por legitimidade continua a motivar as organizações a divulgar informações não financeiras, mesmo com a nova regulamentação obrigatória de relato sustentabilidade (isomorfismo normativo). Espera-se que o novo quadro regulamentar da UE reduza as assimetrias de informação, fomentando a partilha de informação com os acionistas e investidores, aumentando a sua confiança na fiabilidade e relevância da informação.

### 3. Revisão de estudos empíricos no contexto internacional e nacional

Apesar do crescente interesse no relato dos ODS, a investigação empírica sobre o tema ainda está a dar os primeiros passos (García-Sánchez et al., 2022). Considerando o objetivo definido para esta lição, optamos por, neste ponto, começar por apresentar o panorama global da investigação sobre este tópico, para depois efetuar uma análise mais detalhada do contexto português, numa análise multisectorial (setor empresarial, setor público local e setor da educação- ensino superior).

De um modo geral, a investigação empírica sobre o relato dos ODS pode ser dividida em dois grupos (Zampone et al., 2022), que analisaremos de forma separada, nos subpontos seguintes:

- Um primeiro grupo de estudos centra-se na descrição da abordagem e práticas das organizações para integrar os ODS nos seus relatórios corporativos.
- Um segundo grupo de estudos centra-se nos fatores determinantes do relato dos ODS.

Estes estudos têm utilizado a análise de conteúdo dos relatórios e/ou websites para aferir sobre as informações qualitativas e/ou quantitativas, utilizando diferentes índices de relato que variam de escalas binárias, que apenas aferem a presença/ausência de informação sobre ODS (Monteiro et al., 2020, Rosati & Faria 2019 a-b), a escalas que medem a qualidade das informações divulgadas relacionadas aos ODS (Weerasinghe et al., 2023, Nicolò et al., 2023<sup>a</sup>, Hummel & Szekely, 2022, Avrampou et al., 2019; Tsalis et al., 2020).

Alguns estudos que analisam o relato dos ODS, baseiam-se na conexão entre o framework GRI e os ODS (fruto dos guidelines da GRI & UNGC, 2017 e 2018, anteriormente mencionados) para analisar a extensão das divulgações relacionadas com os ODS (Weerasinghe et al., 2023, Pizzi et al., 2021, Tsalis et al., 2020, Avrampou et al., 2019). Outros estudos, desenvolveram outras metodologias para a análise do relato dos ODS, que não consideram o framework GRI (Hummel & Szekely, 2022; Curto-Pagès et al., 2021; Izzo et al., 2020; van der Waal & Thijssens, 2020). Consequentemente, os investigadores têm utilizado diferentes métodos para analisar o relato dos ODS, devido à falta de um framework de relato amplamente aceite e estabelecido para os ODS (Weerasinghe et al., 2023).

A maioria dos estudos no setor empresarial foca-se num único país (Gutiérrez-Ponce & Wibowo, 2023, Loureiro et al., 2023, Monteiro et al., 2020, Curtó-Pagès et al., 2021), sendo escassos os estudos que realizam a uma escala mais regional/global (Manes-Rossi & Nicoló, 2022) bem como estudos longitudinais (Manes-Rossi & Nicoló, 2022, Curtó-Pagès et al., 2021, Loureiro et al., 2023). Em termos de amostra, são vários os estudos que se centram em empresas pertencentes a setores sensíveis (Pinheiro et al., 2023, Manes-Rossi & Nicoló, 2022, García-Meca & Martínez-Ferrero, 2021, Pizzi et al., 2020-2021), em empresas de maior dimensão (Loureiro et al., 2023), em empresas cotadas (Gutiérrez-Ponce, & Wibowo, 2023, Curtó-Pagès et al., 2021) e/ou empresas com certificação (Fonseca & Carvalho, 2019). Além disso, o número de estudos focados no setor empresarial é substancialmente superior aos estudos realizados em outros setores não empresarial, como é o caso do setor público local e do setor da educação.

A divulgação de informação sobre os ODS no setor local (municípios) é um tema ainda pouco explorado, mas que tem começado a despertar o interesse da comunidade académica (Meschede, 2019, Walraven, 2020, Joseph et al., 2021; Guarini et al., 2022). Fora do contexto europeu, destacam-se os estudos de Joseph et al. (2021) e Sawani et al. (2023), que se debruçam sobre municípios da Malásia. Dentro do contexto europeu, destacamos a investigação de Meschede (2019) e Ribeiro-García et al. (2023), sobre os governos locais na Alemanha e Espanha, respetivamente. Nicolò et al. (2023a) estendem também a sua análise a Itália e realizam um estudo comparativo com Espanha.

Embora a comunicação dos ODS por parte das grandes empresas esteja a ganhar atenção tanto na prática como nas discussões académicas, há consideravelmente menos compreensão das práticas adotadas pelas IES. Por outro lado, ainda existe uma lacuna de conhecimento sobre os fatores que impactam a qualidade da divulgação dos ODS no contexto do Ensino Superior (De Iorio et al., 2022; Monteiro et al., 2024a), especialmente quando se consideram múltiplos países e se enfatiza o website como meio de divulgação.

A maioria da investigação existente sobre a divulgação da sustentabilidade no ensino superior, em particular sobre os ODS, utiliza uma abordagem de estudo de caso único (Paletta et al., 2020; Paletta & Bonoli 2019; Monteiro et al., 2022) ou centra-se em amostras nacionais (Di Tullio et al., 2022). Os estudos comparativos sobre o relato dos ODS em contextos universitários são relativamente escassos (Caputo et al., 2021; De Iorio et al., 2022; De la Poza et al., 2021; Roberto et al., 2023-2024).

Bebbington et al. (2023) identificaram uma lacuna de investigação em relação à contabilidade e os ODS (Bebbington & Unerman, 2018, 2020; Cohen et al., 2023), particularmente ao nível do sector público (Bebbington et al., 2023). Neste contexto, entendemos que são necessários insights mais profundos sobre as práticas de divulgação dos ODS em diferentes países, setores e períodos de relato, a fim de compreender melhor esse novo fenómeno do relato

### 3.1 Práticas de relato dos ODS

Os estudos são unânimes ao concluir que é cada vez maior o número de organizações que divulga informação relacionada com os ODS, mas a informação divulgada é ainda muito superficial (Heras-Saizarbitoria et al., 2022, Hummel and Szekely, 2022) e está longe do desejável (Rosati & Faria, 2019b). Embora a qualidade do relato tenha melhorado significativamente ao longo do tempo, há uma falta de divulgação de informações quantitativas e prospetivas (Hummel & Szekely, 2022). A omissão de informação sobre impactos negativos, a falta de normalização, a diversidade de critérios e a falta de comparabilidade são também algumas das características dos relatórios corporativos sobre os ODS (Diaz-Sarachaga, 2021).

Como resultado, os relatórios com informação sobre ODS são frequentemente desequilibrados e desconectados dos objetivos estratégicos e operações das organizações (KPMG, 2020). Deste modo, o relato superficial (Heras-Saizarbitoria et al., 2022, Hummel and Szekely, 2022) e muitas vezes um mero gesto simbólico (van der Waal & Thijssens, 2020; García-Meca & Martínez-Ferrero, 2021; Nicolò et al., 2023b, Manes-Rossi & Nicolò, 2022), é, muitas vezes, usado como uma ferramenta de SDG-washing (Heras-Saizarbitoria et al., 2022).

No contexto empresarial, em vários estudos, os ODS 8 (trabalho digno e crescimento económico), ODS 12 (consumo e produção responsáveis), ODS 13 (ação climática) e ODS 5 (igualdade de género) estão entre os mais abordados pelas empresas nos seus relatórios (Izzo et al., 2020; Nichita et al., 2020; KPMG, 2022; Zampone et al., 2022; García-Sánchez et al., 2023a; Nicolò et al., 2023a), enquanto os ODS menos abordados são o ODS 2 (erradicar a fome), o ODS 14 (proteger a vida marinha), o ODS 15 (proteger a vida terrestre) e o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) (García-Sánchez et al., 2020, 2023a; Heras-Saizarbitoria et al., 2022, Gutiérrez-Ponce, 2023).

No que respeita ao governo local, alguns estudos demonstraram que, no contexto dos 5P's da Agenda 2030, os pilares "Pessoas" (ODS 1 a 6) e "Prosperidade" (ODS 7 a 12) são abordados com mais afinco nos municípios, do que os pilares "Planeta" (ODS 13 a 15), "Paz" (ODS 16) e "Parcerias" (ODS 17), porque o contexto da atividade municipal está mais relacionado com serviços essenciais que apoiam os cidadãos (Bisogno et al., 2023; Puertas & Marti, 2022). Aliás, como já referido, o papel dos municípios está intimamente ligado ao ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, promovendo cidades inclusivas, seguras e resilientes.

A maioria da investigação sobre a ligação entre o relato do governo local com os ODS é focada na análise de informação disponibilizada nos websites dos municípios (Meschede, 2019, Sawani et al., 2023; Nicolò et al., 2023b, Rieiro-García et al., 2023) e, em menor número, na análise de conteúdo de relatórios autónomos (Cohen et al., 2023, Calazans et al., 2024). Neste sentido, Guarini et al. (2022) apelam ao reforço de mais estudos empíricos focados nas condições que podem afetar a implementação dos ODS no governo local. Guerrero-Gómez et al. (2021) também destacam a necessidade de mais pesquisas para determinar como o governo local podem melhorar sua divulgação de informações sobre sustentabilidade no âmbito da Agenda 2030, identificando os seus fatores determinantes, tais como a performance financeira, a ideologia política, género da presidência/assembleia municipal (Nicolò et al., 2024; Bisogno et al. et al., 2023, Rieiro-García et al., 2023, Ribeiro García et al., 2023).

No que respeita ao setor da educação, a investigação sobre a divulgação dos ODS pelas IES tem-se centrado na análise de conteúdo quer em relatórios autónomos de sustentabilidade/RSE (Caputo et al., 2021; Fiorani & Di Gerio, 2022), quer de websites (Monteiro et al., 2024a; Vallez et al., 2022). Foram realizados alguns estudos para analisar a contribuição das universidades europeias para os ODS (Pizzi et al., 2020), mas mesmo utilizando relatórios de sustentabilidade, a maioria das IES não fornece informações sobre todos os ODS, e poucas mencionam as suas contribuições para os ODS (De La Poza et al., 2021).

A divulgação dos ODS pode variar conforme as características das IES, como o tamanho, a idade e a diversidade institucional (De Iorio et al., 2022), ou a disponibilidade de recursos financeiros e o nível de internacionalização (Blasco et al., 2021). Em relação aos ODS específicos, vários autores (Caputo et al., 2021; Leal Filho et al., 2019; Monteiro et al., 2023b) destacam a maior atenção dada ao ODS 4 (educação de qualidade), pois está naturalmente ligado à primeira missão das IES. No entanto, as contribuições das IES estendem-se a outros ODS, como é o caso do ODS 3 e 5, relativo à promoção de saúde e bem-estar e a redução das desigualdades, respetivamente (Blasco et al., 2021, Daú et al., 2023). De forma geral, a literatura mostra um menor envolvimento das IES com questões ambientais (Pacheco et al., 2020; De Iorio et al., 2022; Leal Filho et al., 2021).

### 3.2 Fatores determinantes do relato dos ODS

Tendo por base a revisão de literatura, os determinantes do relato dos ODS podem dividir-se nas seguintes categorias principais (Datta & Goyal, 2022):

- a) ao nível organizacional: características e aspetos visíveis das organizações, tais como tamanho, setor, cotação em bolsa, forma jurídica, localização geográfica, desempenho financeiro, rankings nos media, etc. (Carvalho et al., 2018; Elalfy et al., 2021; Pizzi et al., 2020-2021; Rosati & Faria, 2019b; Izzo et al., 2020; Curtó-Pagès et al., 2021; García-Sánchez et al., 2023a; Hummel & Szekely, 2022);
- b) ao nível do governo de sociedades: fatores internos relacionados com a composição/independência/género do conselho de administração, reputação da auditoria, existência de comité de sustentabilidade, etc. (Nicolò et al., 2024; Ribeiro-García, et al., 2023; García-Sánchez et al., 2022, Zampone et al. 2022; Pizzi et al., 2020; Rosati & Faria, 2019b; Melloni, 2020; Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020);
- c) ao nível do relatório: tipo de relatório, estrutura/framework de relato, verificação externa, etc. (Carvalho et al., 2019; Fonseca & Carvalho, 2019; Pizzi et al., 2020, 2021; Rosati & Faria, 2019b, Curtó-Pagès et al., 2021; Van der Waal & Thijssens, 2020; Elafy et al., 2021);
- d) a nível regulatório: influência da regulamentação do relato de informação não financeira/sustentabilidade (Aguado-Correa et al., 2023; Datta & Goyal 2022; Pizzi et al., 2021; Gazzola et al. 2020);
- e) fatores institucionais: ideologia política, sistema legal, educação, cultura, entre outros (Rieiro-García, et al., 2023; Pizzi et al., 2020 and 2022; Rosati & Faria, 2019a; Bose & Khan, 2022; García-Sánchez et al., 2020).

Os fatores determinantes são frequentemente estudados em conjunto. No entanto, alguns estudos têm apresentado resultados contraditórios sobre o impacto de determinados fatores (Datta & Goyal, 2022), justificando a necessidade de reforçar a investigação deste tópico (Curtó-Pagès et al., 2021; Tsalis et al., 2020), nomeadamente a necessidade de estudos separados para isolar os impactos combinados dos diferentes fatores (Datta & Goyal, 2022).

Neste contexto, há já alguns estudos que se focam exclusivamente na influência de variáveis específicas, consideradas individualmente e menos exploradas na literatura, como é o caso da certificação ISO (Loureiro et al., 2022), atributos da gestão de top (Weerasinghe et al., 2023).

### 3.3 Estudos no contexto nacional

Tanto quanto é do nosso conhecimento, são ainda escassos os estudos no contexto português sobre o relato organizacional que fazem ligação aos ODS. No **seio empresarial**, destacamos o “Observatório ODS nas empresas portuguesas” desenvolvido pela Católica-Lisbon, que visa monitorizar a implementação da Agenda 2030 através do acompanhamento de um grupo representativo de empresas, de diferentes dimensões (60 maiores empresas e PME a atuar na economia portuguesa). Este projeto resultou num trabalho de diagnóstico inicial, a partir de 2021, do estado de implementação dos ODS em Portugal.

Com base nos dados de 2022, constata-se que, embora haja ênfase no alinhamento estratégico com a sustentabilidade, a aplicação efetiva dos ODS e práticas sustentáveis em PMEs portuguesas é ainda incipiente. As grandes empresas já se encontram numa fase mais avançada nestes temas, motivadas pela oportunidade de crescimento do negócio e conseguir vantagem competitiva. A maioria das empresas indicam ter uma hierarquia de ODS, destacando o Cluster económico (ODS 7 a 12) como o mais relevante, seguido do Cluster social (ODS 1 a 6). Tanto o conhecimento dos ODS quanto as estratégias e práticas organizacionais indicam oportunidades significativas de melhoria. As principais barreiras na implementação dos ODS apontadas pelas PME são a falta de conhecimento sobre como operacionalizar os ODS.

A integração dos ODS no relato empresarial é identificada como um dos maiores desafios das organizações, sendo também considerado um passo crucial para monitorar o progresso da Agenda 2030 (Monteiro et al., 2020). Segundo os dados de 2022 do Observatório, cerca de metade das empresas afirmam não abordar a interconexão dos ODS nos seus relatórios não financeiros ou nas suas comunicações empresariais, sendo que apenas cerca de 3% das empresas indicam ter referência aos ODS nos seus websites. Este valor aumentou para 94% no ano seguinte, refletindo uma tendência positiva de maior integração dos ODS nas práticas empresariais. Nesse ano, houve melhorias em vários aspetos da adoção dos ODS pelas empresas. A percentagem de empresas que referenciam as metas dos ODS subiu de 28% para 32%, e 75% integraram os ODS na sua estratégia corporativa, um aumento em relação aos 67% do ano anterior. Além disso, 47% das empresas explicaram o processo de escolha dos ODS estratégicos (comparado com 38% no ano anterior) e a apresentação de evidências do contributo para a Agenda 2030 cresceu de 59% para 68%. A articulação dos ODS com compromissos empresariais subiu de 52% para 68%, e o monitoramento do progresso aumentou de 26% para 43%. O crescimento na adoção do relato dos ODS pode ser explicado pela adaptação das empresas à CSRD e pela maior transparência na divulgação dos riscos empresariais. De facto, a percentagem de empresas que incorporam os ODS nos relatórios aumentou de 38% para 49%. Esses dados demonstram um avanço significativo no compromisso com a Agenda 2030, com progressos na integração dos ODS. No entanto, ainda existem desafios, como melhorar a articulação dos ODS com metas e ampliar a consideração das interconexões entre eles.

Carvalho et al. (2018) também destacam a falta de informação sobre os ODS divulgada nos websites das empresas portuguesas certificadas. Constatam que as empresas com maior volume de negócios e as sociedades anónimas divulgam mais informação sobre desenvolvimento sustentável. Estudos similares concluem que empresas certificadas com um maior volume de negócios, com afiliação às redes BCSD e UNGC Portugal e com publicação regular online dos seus relatórios anuais são as que divulgam mais informações sobre os ODS (Carvalho et al., 2019; Fonseca & Carvalho, 2019).

Estudos centrados nas empresas cotadas em Portugal, permitiram observar que que em 2017 (ano da entrada em vigor do DL nº 89/2017 sobre relato não financeiro), a maioria das empresas publicavam relatórios de sustentabilidade ou integrados (KPMG, 2017), embora seja irrisório (17%) o número de empresas que mencionaram os ODS nos seus relatórios, e apenas uma minoria o fizeram alinhadas com sua estratégia (Monteiro et al., 2020). Nos anos subsequentes à aprovação da Agenda 2030 (2016-2018), Matos (2021) concluíram que a divulgação sobre ODS ocorre, principalmente em relatórios não financeiros autónomos, sendo que as empresas que

seguem a estrutura GRI evidenciam níveis de divulgação superiores. Observam ainda que o tamanho das empresas e a existência de um comité de sustentabilidade são fatores explicativos para a divulgação dos ODS nas empresas cotadas em Portugal.

Centrando a sua análise nas 500 maiores empresas a operar em Portugal, Loureiro et al. (2024) estudaram o nível relato do ODS em relatórios autónomos ao longo do período 2016-2022, identificando os seus fatores determinantes. Os resultados indicam uma tendência ascendente na divulgação de informação sobre os ODS, embora de forma lenta e modesta, à semelhança de outros estudos (Zampone et al., 2024; Curtó-Pagès et al., 2021, Haywood & Boihang, 2021; Gutiérrez-Ponce & Wibowo, 2023). Os relatórios de sustentabilidade são o formato mais utilizado (70,2%) para essa divulgação. O valor médio do índice de relato dos ODS no período em análise é de 0,53, indicando que, em média, as empresas divulgam informações sobre pouco mais de metade dos 17 ODS. Os ODS mais frequentemente mencionados são os ODS 3, 8 e 12, o que vai de encontro à literatura (Nicolò et al., 2023a; Monteiro et al., 2023a; García-Sánchez et al. 2020; Caldana et al., 2022; Gutiérrez-Ponce & Wibowo, 2023). Os autores concluem que os ODS já começam a estar integrados na mentalidade das empresas portuguesas, sendo que o relato dos ODS serve para legitimar a posição da empresa na sociedade e responder às pressões institucionais e dos stakeholders geradas pela Agenda 2030.

Quanto aos fatores determinantes do nível de relato dos ODS, Loureiro et al. (2024) verificaram que o setor de atividade, a cotação em bolsa, a adoção do GRI e a garantia externa dos relatórios por uma das Big Four exercem uma influência estatisticamente significativa. À semelhança de García-Sánchez et al. (2022) no contexto espanhol, o impacto positivo das empresas portuguesas pertencerem a setores mais sensíveis confirma que as pressões institucionais a nível setorial, levam a maiores níveis de relato de informações relacionadas aos ODS, resultando num efeito mimético, de forma a cumprir as suas responsabilidades com os stakeholders, mantendo assim a sua reputação e legitimidade. Após a implementação da NFRD vários requisitos de divulgação sobre questões ambientais e sociais foram impostos às empresas europeias cotadas, servindo como uma pressão coerciva.

Em conformidade com outros estudos (Curtó-Pagès et al., 2021, Pizzi et al., 2020; Gutiérrez-Ponce & Wibowo, 2023), as grandes empresas portuguesas que utilizam frameworks internacionais de relatórios de sustentabilidade (como o GRI) são mais propensas a relatar sobre os ODS, devido à forte ligação entre o GRI e os ODS, que encoraja as empresas a divulgar o seu compromisso com os ODS nos seus relatórios de sustentabilidade. Em linha com os resultados de outros estudos (Rosati & Faria, 2019b, Ealfy et al., 2021), Loureiro et al. (2024) concluíram que a garantia externa dos relatórios de sustentabilidade também tem um impacto positivo no nível de relato dos ODS, especialmente quando o auditor é uma das Big Four, melhorando a credibilidade da informação e a legitimidade corporativa. Contrariamente às expectativas dos autores, o tamanho da empresa, a certificação ISO, a existência de comités de sustentabilidade e a publicação de relatórios mais extensos não estão significativamente correlacionados com o nível de relato dos ODS. O efeito não significativo do tamanho da empresa pode dever-se ao facto de a amostra ser constituída pelas maiores e melhores empresas portuguesas. A alta taxa de obtenção de certificação ISO (78%) e o número limitado de empresas com comité de sustentabilidade (apenas 5) também podem ter influenciado estes resultados.

Em Portugal, o estudo da temática do desenvolvimento sustentável no **setor público local** é ainda incipiente. Num inquérito aplicado aos municípios portugueses, Silva (2021) concluiu que

alguns municípios já começaram a implementar os ODS, embora muito ainda precise ser feito a nível municipal nesta área. O estudo “Rumo a 2030: Os Municípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (Ferreira, 2020) oferece aos municípios portugueses bases de conhecimento e ação, através de formação e mobilização que permitem a integração dos ODS nos seus contextos locais, potenciando assim o seu impacto na transformação global. Segundo o autor, os desafios e dificuldades na implementação dos ODS nos municípios portugueses são, em grande medida, comuns aos municípios de outros países europeus, incluindo fatores como a falta de prioridade política atribuída à Agenda 2030, a insuficiente capacidade técnica para a sua implementação (quer por escassez de recursos humanos, quer por falta de formação) e a dificuldade em ultrapassar estruturas organizacionais rígidas.

Alguns estudos revelaram enormes desafios na concretização e divulgação dos ODS a nível local, especialmente para assegurar um progresso uniforme em todo o território (Almeida, 2022; Oliveira et al., 2020). De facto, Portugal é um país pequeno, maioritariamente rural, com uma grande diversidade geográfica e com municípios muito diferentes. Oliveira et al. (2020), referem que esta desigualdade dentro de Portugal pode comprometer o cumprimento de vários ODS. Adicionalmente, Caldas et al. (2020) questionam se faz sentido aplicar os ODS de forma igual ODS de forma igual em todos os municípios quando estes apresentam diferenças contextuais e organizacionais significativas. Assim, partilhamos da opinião de Galli et al. (2002), de que deve ser promovida uma discussão sobre como transpor a Agenda 2030 para o nível municipal português e identificar quais são as prioridades e desafios que as políticas locais devem considerar.

Lima et al. (2019), através de um inquérito nos municípios portugueses, concluíram que a maioria dos municípios portugueses já disponibilizam informações sobre sustentabilidade, sendo os principais canais de divulgação para esse reporte as redes sociais e os websites dos municípios. A opção por estes canais, em detrimento da elaboração de relatório deve-se, segundo Walraven (2020), ao elevado custo de recolha e manutenção dos dados. A própria Agenda 2030, no objetivo 9.C, incentiva a aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao empenho para oferecer acesso universal à internet.

Centrando-se nos websites municípios portugueses, Monteiro et al. (2024b) efetuaram uma análise ao seu conteúdo, em março de 2022, verificando que apenas 25% dos municípios divulgavam informação sobre ODS, sendo que apenas 13% apresentavam um separador específico para esta informação, embora a informação seja muito genérica e sem apresentação de métricas alcançadas. Mais de metade dos municípios divulgadores apresentavam informação através das notícias. Os ODS 4 e 5 eram os mais divulgados, seguindo-se o ODS 17. A intervenção dos governos locais no objetivo 4 é crucial, pois são atores fundamentais na implementação educacional de cada região e na melhoria das condições para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Além disso, os governos locais podem promover a igualdade de género (ODS 5) ao integrar uma perspetiva de género na formulação de políticas através de diversos mecanismos.

Posteriormente, Monteiro et al. (2024c) atualizaram o estudo e procuraram analisar a relação entre a divulgação sobre os ODS e as características dos municípios (tais como localização geográfica, tamanho do município, desempenho financeiro, ideologia política e género), bem como a adesão a alguns programas/redes/plataformas (como CESOP\_Local, ODSLocal, etc.). A análise bivariada mostra que os municípios de maior dimensão, localizados no litoral, e

financeiramente eficientes são mais propensos a divulgar informações sobre os ODS nos seus websites devido à visibilidade e à pressão dos stakeholders. Contrariamente à literatura existente (Rieiro-García et al., 2023), os municípios de ideologia de esquerda não são necessariamente mais inclinados a adotar a Agenda 2030. No entanto, a presença de mulheres nos órgãos municipais e a adesão a redes e programas sustentáveis influenciam positivamente a divulgação dos ODS. Na análise multivariada, a regressão logística identifica dois fatores significativos que impactam a divulgação online dos ODS: a representatividade de mulheres nos plênários municipais e a adesão à rede CESOP\_Local. Os outros fatores não revelaram uma influência significativa, destacando aquelas duas variáveis como os principais impulsionadores para a divulgação de informações sobre os ODS. A evidência empírica mostra que, pelo facto de as mulheres terem mais preocupações éticas do que os homens, representatividade das mulheres nos órgãos de administração influencia positivamente a orientação para a abordagem sustentável e contribui para a transparência da informação (Ribeiro-García et al., 2023; Nicolò et al., 2024). Por outro lado, o envolvimento das autoridades locais em programas ou redes, através de parcerias com várias partes interessadas que promovam o desenvolvimento sustentável, pode dar um impulso mais forte à implementação e divulgação de ações práticas a nível local (Masuda et al., 2022).

Calazans et al. (2024), analisou 28 municípios portugueses (de um total de 308) que publicaram relatórios de sustentabilidade, concluindo e que a maioria das informações se concentra em mostrar um equilíbrio entre dados ambientais e económicos; os resultados mostram também que existe uma falta de informação social e que apenas alguns relatórios mostram um alinhamento com os ODS.

Ribeiro et al. (2024 a-b) centraram a sua análise em relatórios de sustentabilidade (ou similares) publicados pelos municípios portugueses no período de 2015 a 2023. Obteve um total de 57 relatórios, procedendo à sua análise de conteúdo de modo a avaliar a qualidade do relato de informação sobre ODS. Para o efeito construiu um índice que varia entre 0 e 3, em função do nível de reconhecimento e compromisso dos municípios com cada um dos 17 ODS. Por outro lado, procurou identificar os fatores que podem explicar a qualidade do relato, nomeadamente, fatores relacionados aos municípios (características visíveis, como tamanho, localização, eficiência financeira, género da presidência e adesão ao ODS\_local) e características dos relatórios (como o tipo de relatório e framework utilizado).

Os resultados da análise descritiva revelam um valor médio do nível/qualidade de relato de 1.81, ou seja, em média os municípios abordam os ODS de forma predominantemente qualitativa, descrevendo os seus compromissos e planos mas sem apresentar dados quantitativos. Ao longo dos anos verifica-se um incremento no valor médio do índice, atingindo uma média de 2,76 em 2019., com ligeiras diminuições nos anos de crise (Pós Covid e Guerra na Ucrânia). Considerando o nível médio da qualidade de relato por ano e por tipo de relatório, apesar da predominância dos relatórios de sustentabilidade, estes apresentam um valor médio muito baixo, cerca de 0,51. A maioria destes relatórios não fornece informação sobre os ODS ou, se o faz, é de forma qualitativa. Os relatórios designados de "Índice municipal de sustentabilidade" registam o nível mais elevado de informação, atingindo o valor máximo de nível 3. Estes relatórios centram-se exclusivamente nos ODS, fornecendo informações qualitativas e quantitativas sobre os 17 ODS.

Os resultados da análise multivariada, apontam o seguinte:

- No que concerne a fatores ao nível do município, apenas a variável tamanho se apresenta como estatisticamente significativa, sendo o fator mais comumente apontado na literatura sobre relato dos ODS (Pizzi et al., 2021; Rosati & Faria, 2019b). De acordo com Bardal et al. (2021), a competência e a capacidade para lidar com a implementação dos ODS podem ser mais escassas em municípios pequenos (podem necessitar de outros tipos de apoio), em comparação com os de maior dimensão. A literatura sugere que quanto maior o tamanho do governo local maior será o nível de cumprimento dos ODS (Mutiarani & Siswanto, 2020). Por outro lado, os municípios de maior dimensão enfrentam uma maior pressão por parte das partes interessadas e necessitam divulgar informações sobre as suas práticas sustentáveis para legitimar e melhorar a sua imagem pública (Van der Waal & Thijssens, 2020).
- No que diz respeito aos fatores ao nível do relatório, os resultados indicam um efeito positivo e significativo na divulgação dos ODS da adesão ao framework GRI (tal como os estudos de Rosati & Faria, 2019b, Pizzi et al., 2021; Curtó-Pagès et al., 2021, Elalfy et al. 2021) e, no contexto específico de Portugal, a adesão ao CESOP\_Local. Assim, os governos locais podem acompanhar o seu desempenho e demonstrar o seu compromisso com a sustentabilidade a todas partes interessadas, de uma forma estruturada e harmonizada, facilitando a qualidade e comparabilidade dos dados divulgados.

Ainda no contexto municipal português cabe salientar o papel da plataforma digital municipal portuguesa 'ODS Local', lançada em 2019, constituindo uma solução inovadora e interativa na divulgação de projetos e boas práticas que contribuem para os ODS a nível municipal. Um estudo realizado por Molho et al. (2023) revela que os ODS 3, 4, 11 e 17 são os mais citados pelos municípios portugueses que fazem uso desta plataforma, havendo pois alguma sintonia com os ODS divulgados nos websites (Monteiro et al., 2024b). A elevada referência ao ODS 11 é corroborada pela literatura, devido à sua relação direta com as questões urbanas e das comunidades sustentáveis, tornando-o mais facilmente associável a diversas ações no contexto dos municípios (Westphal et al., 2018).

Este estudo confirmou a heterogeneidade na distribuição de projetos em Portugal (Almeida, 2022), com maior prevalência em centros populacionais e um menor número nas regiões do interior. Assim, os municípios do litoral têm uma maior tendência para implementar e divulgar ações de sustentabilidade (Ribeiro et al., 2017), algo que pode ser explicado pelo maior grau de desenvolvimento económico e acesso a recursos (Rego et al., 2024, Ribeiro et al., 2017). O estudo revelou também que a participação em programas como o ECOXXI e redes como CESOP local e Rede de Municípios Saudáveis facilita a divulgação de práticas sustentáveis, destacando a importância das parcerias e do trabalho em rede, tal como estabelece o ODS 17 (Delgado-Baena et al., 2022; Masuda et al., 2022), fazendo realçar as responsabilidades sociais e ambientais dos municípios com o apoio das empresas, das universidades e da sociedade civil.

Não há dúvidas que colaboração entre municípios e universidades é crucial para a implementação eficaz dos ODS, combinando o conhecimento académico com a prática local para promover um desenvolvimento mais sustentável. Neste contexto, estudo do relato dos ODS em Portugal estendeu-se também ao **ensino superior** (Aleixo et al., 2016; Monteiro et al., 2022; Monteiro et al., 2024a). Os estudos confirmam que o desenvolvimento de práticas sustentáveis nas IES portuguesas ainda está na sua infância. Em particular, Aleixo et al. (2016)

apresentam um dos primeiros estudos a avaliar as práticas sustentáveis implementadas nas universidades portuguesas, analisando a informação disponível nos seus websites. Os autores concluíram que as universidades portuguesas estão nas fases iniciais da implementação do desenvolvimento sustentável, mas estão a fazer progressos incrementais. Além disso, demonstraram algum nível de consciência na comunicação eficaz das suas políticas e estratégias em apoio ao desenvolvimento sustentável.

De acordo com os estudos realizados por Aleixo et al. (2018a-b), as iniciativas nas IES portuguesas para promover a sustentabilidade são implementadas em todas as atividades principais, que incluem a investigação, educação, estrutura institucional e operações no campus, envolvimento comunitário, e avaliação e relato. Estas iniciativas abrangem quatro dimensões: ambiental, económica, social e institucional. Farinha et al. (2019) examinaram até que ponto a sustentabilidade foi integrada nas catorze universidades portuguesas através dos seus planos estratégicos e relatórios de atividades e sustentabilidade, concluindo que o movimento progrediu a nível universitário, com bons exemplos e iniciativas em várias universidades.

Monteiro et al. (2022) centraram-se numa universidade pública portuguesa premiada (UMinho), examinando as divulgações relacionadas com os ODS encontradas na página web da universidade, bem como nos seus relatórios de sustentabilidade. Apesar de a UMinho não dar prioridade aos ODS no seu website, deu um passo significativo ao incorporar os ODS pela primeira vez no relatório de sustentabilidade de 2015. A análise da divulgação relacionada com os ODS revela que a informação nos relatórios de sustentabilidade da UMinho está alinhada com nove dos 17 ODS. Estes ODS incluem os ODS 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 15 e 17. A dimensão ambiental demonstra o maior alinhamento com um maior número de ODS, seguida pela dimensão económica.

De forma semelhante, Monteiro et al. (2023b) fornecem uma visão do estado da implementação e relato dos ODS nas 13 universidades que integram o Times Higher Education Impact Ranking (THE), a partir da perspetiva dos 5 Pilares da Agenda 2030, através de uma análise de conteúdo dos relatórios institucionais. Os resultados confirmaram a existência de uma disparidade na divulgação da informação. Os ODS 3 e 4 (que pertencem ao pilar Pessoas) foram os mais frequentemente reportados nos relatórios. No entanto, os ODS 13 e 14 (pertencentes ao pilar Planeta) destacaram-se por terem níveis mais baixos de reporte.

Monteiro et al. (2024a) analisaram especificamente as práticas de relato dos ODS em todos os websites das IES portuguesas (incluindo politécnicos e universidades). Os resultados revelaram que 63,1% das entidades (principalmente grandes IES) incluíram informações sobre os ODS nas suas divulgações. O método mais prevalente de disseminação foi através de artigos/ notícias. No entanto, observou-se que apenas 13,8% das entidades que divulgaram informações tinham um separador ou seção dedicada especificamente aos ODS.

Face ao exposto, os resultados dos estudos no âmbito geográfico português são unânimes ao revelar que, independentemente do tipo de setor analisado, as práticas de relato dos ODS são diversificadas, com recurso a diferentes canais e formatos de comunicação. Por outro lado, salienta-se a pouca consistência na forma de divulgação de informação sobre os ODS, possivelmente devido à ausência de uma estrutura formal (framework) de relato dos ODS, bem como a diversidade de fatores determinantes do relato.

## Conclusões, contributos e investigação futura

É amplamente reconhecido pela literatura e pelos organismos internacionais a contribuição direta e consciente que as empresas, governos e outro tipo de entidades podem dar para ajudar a alcançar os ODS até 2030 (ONU, 2015; Hummel & Szekely, 2022). Na verdade, as organizações podem contribuir de maneira concreta para o alcance dos ODS de várias maneiras, como a integração desses objetivos na estratégia corporativa, a criação de produtos/serviços sustentáveis, a gestão sustentável de recursos e o envolvimento da comunidade e stakeholders em geral.

No entanto, embora os ODS ofereçam uma oportunidade única para unir os esforços de governos, empresas e IES para o desenvolvimento sustentável, existem críticas sobre a medição, monitoramento e relato das ações tomadas em prol dos ODS. Em particular, Bebbington e Unerman (2018) destacam o risco de que os ODS possam ser usados para camuflar o *status quo* das organizações, disfarçando-o com retórica de sustentabilidade relacionada aos ODS.

De facto, alguns estudos têm demonstrado que as organizações (em particular as empresas) parecem estar mais interessadas em divulgar informações relacionadas com os ODS para efeitos de gestão de impressão do que devido a um desejo genuíno de informar os stakeholders (Manes-Rossi & Nicolò, 2022; Nicolò et al., 2023a).

Neste sentido, a academia tem realçado a necessidade de estudos para compreender as contribuições das organizações para os ODS em várias perspetivas. Isso inclui investigar o alinhamento entre o comportamento corporativo e os ODS, e, portanto, a integração dos ODS nas estratégias e práticas corporativas nos vários componentes, como a governança, sistemas de controlo de gestão e relato corporativo.

Os últimos anos têm sido marcados por uma crescente necessidade e pressões regulamentares para o desenvolvimento de normas regionais e globais para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Ao longo das décadas, a GRI aprimorou as práticas de relatórios de sustentabilidade a nível global, promovendo uma linguagem comum tanto para organizações quanto para stakeholders. A adoção voluntária e ampla das normas GRI consolidou-as como o padrão de facto para a elaboração desses relatórios, o que levou à necessidade de garantir o alinhamento entre as normas GRI e as ESRS, emitidas pelo EFRAG, no caminho para a obrigatoriedade do relato de sustentabilidade imposta pela CSRD. Isso representa um avanço significativo na harmonização dos relatórios de sustentabilidade no contexto europeu, beneficiando tanto as empresas quanto as partes interessadas em todo o mundo.

Por outro lado, a iniciativa do IFRS/ISSB para criar normas internacionais de relato de sustentabilidade visa estabelecer uma posição global dominante no cenário do relato corporativo. No entanto, essas normas diferem das ESRS e GRI ao focar principalmente nas partes interessadas financeiras (como investidores e participantes do mercado financeiro), enquanto a GRI adota uma abordagem orientada para múltiplos stakeholders. Embora as normas IFRS de sustentabilidade e as ESRS compartilhem o conceito de dupla materialidade, a principal diferença reside na abrangência e no foco da materialidade. As normas IFRS concentram-se na materialidade financeira, enquanto as ESRS adotam uma abordagem mais ampla, considerando também a materialidade de impacto.

Embora não haja um framework global uniforme para o relato da sustentabilidade, os três principais organismos reguladores (ISSB, EFRAG e GRI) estão a colaborar para garantir alta interoperabilidade. Não obstante o forte alinhamento entre os diferentes normativos, as empresas devem criar processos para monitorizar desenvolvimentos e desenvolver relatórios flexíveis que usem os mesmos dados para diversos requisitos de divulgação.

Por outro lado, o relato de sustentabilidade pode efetivamente avaliar, compreender, impulsionar e comunicar as iniciativas de uma organização para alcançar os ODS. No entanto, os frameworks acima referidos não dedicam especial atenção ao relato de informação sobre os ODS, pelo que é necessário promover o seu amadurecimento. A necessidade de um conjunto comum de indicadores de desempenho e de padrões de relato revela-se fundamental para que os stakeholders possam comparar as contribuições dos diferentes tipos de organizações para o cumprimento dos ODS.

Face ao exposto, surgem desafios significativos para as organizações na identificação dos ODS prioritários para as suas atividades e stakeholders, na incorporação desses ODS na sua estratégia, no estabelecimento de metas para o seu sucesso e na medição e relato do seu progresso. Integrar a avaliação dos ODS no relato das organizações implica demonstrar aos stakeholders o desempenho efetivo, recorrendo aos modelos emergentes de relatórios não financeiros. Seja através de relatórios de sustentabilidade ou de relatórios integrados, e independentemente do framework seguido, entendemos que o importante é alinhar esses relatórios com a estrutura e o âmbito dos ODS e, portanto, deve ser uma área de investigação a ser privilegiada no futuro.

Nesta lição ficou demonstrado que de um modo geral, e em particular no contexto português, é ainda escassa a investigação sobre a integração dos ODS no relato formal (como é o caso dos relatórios de sustentabilidade/ não financeiros) e na divulgação informal (através da web) das organizações. É consensual que as organizações enfrentam desafios relacionados com a escassez recursos humanos, financeiros e técnicos bem como a disponibilidade de dados, a par da ausência de frameworks que orientam as organizações no relato dos ODS.

Algumas empresas já fornecem relatórios detalhados e abrangentes, efetuando o alinhamento dos indicadores GRI com os ODS, enquanto outras oferecem informações mais gerais e superficiais, usando a divulgação dos ODS para melhorar sua imagem social ao destacar apenas aspetos positivos. O relato dos ODS no setor empresarial (e sobretudo em empresas de grande dimensão pertencentes a setores mais sensíveis) é, contudo, mais estruturado e completo, quando comparado com outros de setores, como o local ou o da educação.

No que respeita aos municípios, em alguns casos, o relato dos ODS é integrado com outras políticas e estratégias locais, criando uma visão mais holística, e noutros casos as informações estão desatualizadas ou incompletas, sobretudo quando o reporte é feito através de websites. Neste sentido, plataformas como a “ODS Local” constituem uma solução inovadora e interativa para divulgar projetos e boas práticas que contribuem para os ODS a nível municipal.

Também ao nível das IES, algumas já integram os ODS nas suas missões e estratégias institucionais, destacando a sustentabilidade como um pilar central, conscientes do impacto que pode ter na sua posição em rankings internacionais, como o Times Higher Education (THE) Impact ranking. Embora a quantidade e qualidade do relato não seja elevada, há um reconhecimento que o mesmo pode aumentar o envolvimento das universidades com as partes

interessadas, melhorar a sua reputação e fomentar a inovação e ideias de pesquisa transdisciplinares.

O relato sobre os ODS nas empresas é influenciado por diversos fatores, incluindo características organizacionais, ambientes institucionais, contextos regionais e setoriais. De igual modo, a nível dos governos locais e das universidades, os relatórios apresentados são influenciados por diversos fatores socioeconómicos, fatores políticos e de governança. Acreditamos que pressões coercitivas, i.e., a pressão regulatória para o relato obrigatório de matérias relacionadas com a sustentabilidade, pode ser um dos principais determinantes externos do relato dos ODS, ao exigir maior transparência, padronização e responsabilidade na informação prestada.

Nos últimos anos, o interesse académico sobre o relato da sustentabilidade corporativa tem-se focado principalmente nos fatores determinantes e impactos da adoção voluntária (Arkoh et al., 2023; Singhanía & Chadha, 2023), e mais recentemente nos efeitos da NFRD (Aluchna et al., 2023; Cordazzo et al., 2020; La Torre et al., 2020). Estima-se que a introdução dos requisitos obrigatórios impostos pelas ESRS, venha revolucionar o panorama de relato e originar uma nova onda de investigação, sendo expectável que a integração dos ODS neste modelo de relato da CSRD assuma uma força maior.

De facto, o período pós-2015 é visto como um ponto de viragem na abordagem ao relato dos ODS, devido à necessidade de divulgar os contributos das organizações em prol da Agenda 2030. Este período é também marcado pela expansão de requisitos legais (especialmente na UE), bem como por uma maior procura de informações sobre o desenvolvimento de estratégias, inovações sustentáveis e a integração da sustentabilidade (e dos ODS) nos modelos de negócio (Singhanía & Chadha, 2023). O aumento da transparência e a coerência das informações divulgadas à luz da diretiva CSRD incentivarão as empresas a alinhar as suas práticas e objetivos com os ODS, promovendo um desenvolvimento mais sustentável e responsável.

Esta lição pretendeu fornecer uma visão global das práticas de relato dos ODS, numa análise multisetorial, fornecendo evidências empíricas sobre o grau de divulgação e sobre os principais fatores determinantes. Do ponto de vista académico, os estudos que têm sido desenvolvidos contribuem para preencher uma lacuna na investigação sobre a divulgação dos ODS (Bebbington & Unerman, 2020), expandindo um tema pouco explorado na literatura atual. Do ponto de vista prático, os estudos realizados contribuem para as discussões entre a academia, formuladores de políticas, gestores e outros stakeholders sobre o compromisso das organizações em promover a sensibilização, avaliação e relato dos ODS, seja através de relatórios ou dos seus websites.

Os resultados destacam as limitações atuais na divulgação dos ODS e abrem portas para potenciais melhorias, sublinhando a necessidade de as organizações integrarem o desenvolvimento sustentável na sua estratégia. Consequentemente, devem fornecer informações mais detalhadas sobre os ODS, ajudando a gestão e outros stakeholders a tomar decisões informadas alinhadas com os ODS. Pinheiro et al. (2023) argumentam que os stakeholders desempenham um papel crucial nas decisões empresariais em relação aos ODS, recomendando que gestores desenvolvam estratégias para atender aos interesses dos stakeholders nível global, e não apenas aqueles do país em que a empresa está sediada. Ao envolver os stakeholders no processo de relato, as organizações podem recolher insights e feedback valiosos sobre a concretização dos ODS. De facto, o envolvimento dos stakeholders

pode ser uma ferramenta adequada para as empresas melhorarem a identificação dos ODS relevantes como futuras oportunidades de negócio (Izzo et al., 2020), levando a um cenário de ganho mútuo. Neste contexto, abrem-se portas à investigação no sentido de compreender melhor como o processo de *engagement* dos stakeholders é realizado especificamente no âmbito da Agenda 2030 e avaliar se a divulgação sobre sustentabilidade e os ODS é eficaz e como pode ser melhorada.

O estudo do relato dos ODS ainda enfrenta lacunas significativas, especialmente na melhoria da qualidade dos relatórios devido a problemas como a recolha manual de dados e avaliações limitadas. O uso crescente de tecnologias digitais oferece novas oportunidades para resolver essas questões, mas a pesquisa atual é escassa (Pizzi et al., 2024) e predominantemente conceptual (Asif et al., 2023; Atasanov, 2023; de Villiers et al., 2024). Há, pois, uma necessidade de investigação mais profunda sobre como a digitalização pode melhorar o relato dos ODS e como as novas regulamentações, como a CSRD, influenciam a gestão da qualidade da informação a partir de tecnologias digitais (Heichl & Hirsch, 2023). Além disso, é importante compreender o papel dos stakeholders no uso dessas tecnologias (de Villiers et al., 2024).

Face ao exposto, a combinação das temáticas da digitalização e envolvimento dos stakeholders com o relato da sustentabilidade/ODS destaca-se como um campo de investigação emergente e com grande margem de progressão científica.

## Referências

- Adams, C. (2017). *The Sustainable Development Goals, integrated thinking and the integrated report*, published by the IIRC and ICAS. ISBN: 978-1-909883-41-3
- Adams, C.A.; Druckman, P.B.; Picot, R.C. (2020). *Sustainable Development Goal Disclosure (SDGD) Recommendations*; ACCA: London, UK; Chartered Accountants ANZ: Sydney, Australia; ICAS: Guelph, ON, Canada; IFAC: New York, NY, USA; IIRC: Ottawa, ON, Canada; WBA: West Bromwich, UK,
- Aguado-Correa, F., de la Vega-Jiménez, J., López-Jiménez, J., et al. Padilla-Garrido, N. & Rabadán-Martín, I. (2023). Evaluation of non-financial information and its contribution to advancing the sustainable development goals within the Spanish banking sector. *European Research on Management and Business Economics*, 29(1), 100211. <https://doi.org/10.1016/j.iedeen.2022.100211>
- Aleixo, A., Azeiteiro, U. & Leal, S. (2016). Toward sustainability through higher education: Sustainable development incorporation into Portuguese higher education institutions. In PJ, and LW, *Challenges in Higher Education for Sustainability*. 159-187). Springer.
- Aleixo, A. M., Azeiteiro, U. & Leal, S. (2018a). The implementation of sustainability practices in Portuguese higher education institutions, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 9(1), 146-178. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2017-0016>
- Aleixo, A., Leal, S. & Azeiteiro, U. (2018b). Conceptualization of sustainable higher education institutions, roles, barriers, and challenges for sustainability: An exploratory study in Portugal, *Journal of Cleaner Production*, nº 172, pp. 1664-1673. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.11.01>
- Almeida, F. (2022). The contribution of local agents and citizens to sustainable development: The Portuguese experience. *Sustainability*, 14(19), 12696. <https://doi.org/10.3390/su141912696>
- Aluchna, M., Roszkowska-Menkes, M., Jastrzębska, E. and Bohdanowicz, L. (2023). Sustainability reporting as a social construct: the systematic literature review within socio-political view. *Social Responsibility Journal*, 19(8), 1535-1554. <https://doi.org/10.1108/SRJ-06-2022-0231>
- Annan-Diab, F., and Molinari, C. (2017). Interdisciplinarity: practical approach to advancing education for sustainability and for the Sustainable Development Goals. *The International Journal of Management Education*, 15(2), 73–83. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2017.03.006>
- Ansell, C., Sørensen, E. & Torfing, J. (2022). *The Key Role of Local Governance in Achieving the SDGs*, Co-Creation for Sustainability, Emerald Publishing Limited, Bingley, 9-22. <https://doi.org/10.1108/978-1-80043-798-220220002>
- Araújo, F. (2023). Relato de sustentabilidade com normas obrigatórias. *Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, 102: 71-74.
- Arif, M., Gan, C. & Nadeem, M. (2022). Regulating non-financial reporting: evidence from European firms' environmental, social and governance disclosures and earnings risk. *Meditari Accountancy Research*, 30(3), 495-523. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-11-2020-1086>
- Arkoh, P., Costantini, A. & Scarpa, F. (2023). Determinants of sustainability reporting: A systematic literature review. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 1–20. <https://doi.org/10.1002/csr.2645>
- Ashida, A. (2022). The Role of Higher Education in Achieving the Sustainable Development Goals, Sustainable Development Disciplines for Humanity, in Urata K., Tonegawa, Y. (eds) *Sustainable Development Disciplines for Humanity*. Sustainable Development Goals Series. Springer, Singapore. [https://doi.org/10.1007/978-981-19-4859-6\\_5](https://doi.org/10.1007/978-981-19-4859-6_5)
- Asif, M., Searcy, C. & Castka, P. (2023). ESG and Industry 5.0: The role of technologies in enhancing ESG disclosure. *Technological Forecasting & Social Change*, 195, 122806. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2023.122806>
- Atanasov, A. (2023). Digitalization of Sustainability Reporting - Current Trends and Future Problems. In: Yaseen, S.G. (eds). *Cutting-Edge Business Technologies in the Big Data Era*. Studies in Big Data, 39-45. Springer, Cham. [http://dx.doi.org/10.1007/978-3-031-42463-2\\_5](http://dx.doi.org/10.1007/978-3-031-42463-2_5)
- Avrampou, A., Skouloudis, A., Iliopoulos, G., & Khan, N. (2019). Advancing the sustainable development goals: Evidence from leading European banks. *Sustainable Development*, 27(4), 743–757. <https://doi.org/10.1002/sd.1938>

- Awuah, B., Yazdifar, H., & Elbardan, H. (2024). Corporate reporting on the Sustainable Development Goals: a structured literature review and research agenda. *Journal of Accounting and Organizational Change*, 20 (4), 617-646. <https://doi.org/10.1108/JAOC-10-2022-0155>
- Ball, A. & Bebbington, J. (2008). Editorial: Accounting and Reporting for Sustainable Development in Public Sector Organizations. *Public Money and Management*, December, 323-326. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9302.2008.00662.x>
- Bardal, K. G., Reinart, M. B., Lundberg, A. & Bjørkan, M. (2021). Factors facilitating the implementation of the sustainable development goals in regional and local planning—experiences from Norway. *Sustainability*, 13(8), 4282. <https://doi.org/10.3390/su13084282>
- Bartolacci, F., Bellucci, M., Corsi, K. & Soverchia, M. (2022). A Systematic Literature Review of Theories Underpinning Sustainability Reporting in Non-financial Disclosure. In: Cinquini, L., De Luca, F. (eds) Non-financial Disclosure and Integrated Reporting. SIDREA Series. Springer, Cham., pp. 87-113
- Bebbington, J. & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: An enabling role for accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31 (1), 2-24. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2017-2929>
- Bebbington, J. & Unerman, J. (2020). Advancing research into accounting and the UN Sustainable Development Goals. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 33 (7), 1657-1670. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2020-4556>
- Bebbington, J., Laine, M., Larrinaga, C. & Michelon, G. (2023). Environmental accounting in the European Accounting Review: a reflection. *European Accounting Review*, 32(5), 1107-1128. <https://doi.org/10.1080/09638180.2023.2254351>
- Biancone, P., Chmet, F. & Demarchi, L. (2024). Analyzing non-financial reporting through GRI-ESRS interoperability. *Economia Aziendale Online – Business and Management Sciences International Quarterly Review*, 15-2, DOI: 10.13132/2038-5498/15.2.375-394
- Bisogno (2024). Sustainability Reporting in in Bisogno, M., Brusca, I., Caperchione, E., Cohen, S. Manes-Rossi (Eds) Public Sector Financial Management for Sustainability and SDGs in Europe, pp. 83-98, algrave Macmillan Cham <https://doi.org/10.1007/978-3-031-55135-2>
- Bisogno, M., Cuadrado-Ballesteros, B., Rossi, F., & Peña-Miguel, N. (2023). Sustainable development goals in public administrations: Enabling conditions in local governments. *International Review of Administrative Sciences*, 89(4) <https://doi.org/10.1177/00208523221146458>
- Blasco, N., Brusca, I. & Labrador, M. (2021). Drivers for universities' contribution to the sustainable development goals: an analysis of Spanish public universities, *Sustainability*, 13 (1), 89. <https://doi.org/10.3390/su13010089>
- Bose, S., & Khan, H. (2022). Sustainable development goals (SDGs) reporting and the role of country-level institutional factors: an international evidence. *Journal of Cleaner Production*, 335, 130290. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.130290>
- Branco, M. & Rodrigues, L. (2008) Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics*, 83(4), 685–701. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9658-z>
- Breijer, R. & Orij, R. P. (2022). The Comparability of Non-Financial Information: An Exploration of the Impact of the Non-Financial Reporting Directive (NFRD, 2014/95/EU). *Accounting in Europe*, 19(2), 332-361. <https://doi.org/10.1080/17449480.2022.2065645>
- Caiado, R.G., Filho, W.L., Quelhas, O.L., Nascimento, D.L., Avila, L. (2018). A literature-based review on potentials and constraints in the implementation of the sustainable development goals. *Journal of Cleaner Production*, 198, 1276-1288. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.07.102>
- Calazans, N., Marques, T., Eugénio, T. & Gomes, J. (2024) Sustainability Report of Portuguese Municipalities: The Three Pillars of Sustainable Development, *Public Organization Review*, <https://doi.org/10.1007/s11115-024-00782-0>
- Caldana, A., Pacheco, L., Alves, M., Eustachio, J. & Santos, N. (2022). Strategy implementation for the 2030 agenda: Insights from Brazilian companies. *Business Ethics, the Environment & Responsibility*, 31(2), 296-306. <https://doi.org/10.1111/beer.12409>
- Caldas, P., Dollery, B. & Marques, R. (2020). Measuring What Matters in Local Government: A Municipality Sustainability Index. *Policy Studies*, 1-21. <https://doi.org/10.1080/01442872.2020.1726311>

- Caputo, F., Leopizzi, R., Pizzi, S., & Milone, V. (2020). The non-financial reporting harmonization in Europe: Evolutionary pathways related to the transposition of the directive 95/2014/EU within the Italian context. *Sustainability*, 12(1), 1–13. <https://doi.org/10.3390/SU12010092>
- Caputo, F., Ligorio, L. & Pizzi, S. (2021), The contribution of higher education institutions to the SDGs: an evaluation of sustainability reporting practices. *Administrative Sciences*, 11 (3), 97. <https://doi.org/10.3390/admsci11030097>
- Carmo, C., & Ribeiro, C. (2022). Mandatory Non-Financial Information Disclosure under European Directive 95/2014/EU: Evidence from Portuguese Listed Companies. *Sustainability*, 14(8), 4860. <https://doi.org/10.3390/su14084860>
- Carvalho, F., Domingues, P. & Sampaio, P. (2019). Communication of commitment towards sustainable development of certified Portuguese organisations Quality, environment and occupational health and safety. *International Journal of Quality & Reliability Management*, 36 (4), 458-484. <https://doi.org/10.1108/IJQRM-04-2018-0099>
- Carvalho, F., Santos, G. & Gonçalves, J. (2018). The disclosure of information on Sustainable Development on the corporate website of the certified portuguese organizations. *International Journal for Quality Research*, 12(1), 253-276. <http://dx.doi.org/10.18421/IJQR12.01-14>
- Cho, C. & Patten, D. (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7–8), 639–647. <http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>
- Cohen, S., Manes-Rossi, F., & Brusca, I. (2023). Are SDGs being translated into accounting terms? Evidence from European cities. *Public Money and Management*. 43(7), 669-678, <https://doi.org/10.1080/09540962.2023.2243543>
- Cordazzo M., Bini L. and Marzo G. (2020). Does the EU Directive on non-financial information influence the value relevance of ESG disclosure? Italian evidence. *Business Strategy and the Environment*, 29, 3470–3483. <https://doi.org/10.1002/bse.2589>
- Curtó-Pagès, F., Ortega-Rivera, E., Castellón-Durán, M., & Jané-Llopis, E. (2021). Coming in from the cold: A longitudinal analysis of SDG reporting practices by Spanish listed companies since the approval of the 2030 Agenda. *Sustainability*, 13(3), 1–27. <https://doi.org/10.3390/su13031178>
- Datta, S., & Goyal, S. (2022). Datta, S., & Goyal, S. (2022). Determinants of SDG Reporting by Businesses: A Literature Analysis and Conceptual Model. *Vision*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/09722629221096047>
- Daú, G., Scavarda, A., Rosa Alves, M.T., Santa, R. & Ferrer, M. (2023). An analysis of the Brazilian higher educational opportunity and challenge processes to achieve the 2030 Agenda for the sustainable development, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 24(6), 1197-1219. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-07-2021-0278>
- De Iorio, S., Zampone, G. and Piccolo, A. (2022). Determinant Factors of SDG Disclosure in the University Context. *Administrative Sciences*, 12 (21), 1-25. <https://doi.org/10.3390/admsci12010021>
- De La Poza, E., Merello, P., Barberá, A. & Celani, A. (2021), Universities' reporting on SDGs: Using THE Impact Rankings to model and measure their contribution to sustainability, *Sustainability*, 13 (4), 2038. <https://doi.org/10.3390/su13042038>
- de Villiers, C., Dimes, R. & Molinari, M. (2024). How will AI text generation and processing impact sustainability reporting? Critical analysis, a conceptual framework, and avenues for future research. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 15(1), 96-118. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-02-2023-0097>
- de Villiers, C., La Torre, M. & Molinari, M. (2022), The Global Reporting Initiative's (GRI) past, present and future: critical reflections and a research agenda on sustainability reporting (standard-setting), *Pacific Accounting Review*, 34 (5), 728-747. <https://doi.org/10.1108/PAR-02-2022-0034>
- de Villiers, C., Rinaldi, L. and Unerman, J. (2014), Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1042-1067. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>
- Deegan, C. M. (2019). Legitimacy theory: Despite its enduring popularity and contribution, time is right for a necessary makeover. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(8), 2307–2329. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2018-3638>
- Deegan, C.; Rankin, M. & Tobin, J. (2002). An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory, *Accounting, Auditing & Accountability*

*Journal*. 15 (3), 312-343. <http://dx.doi.org/10.1108/09513570210435861>

Delgado-Baena, J., García-Serrano, J. D., Toro-Peña, O., & Vela-Jiménez, R. (2022). The influence of the organizational culture of andalusian local governments on the localization of Sustainable Development Goals. *Land*, 11(2), 214. <https://doi.org/10.3390/land11020214>

Di Tullio, P., & La Torre, M. (2022). Sustainability reporting at a crossroads in Italian Universities: Is web-based media adoption deinstitutionalizing sustainability reporting? *Administrative Sciences*, 12 (1), 34. <https://doi.org/10.3390/admsci12010034>

Diaz-Sarachaga, J. (2021). Shortcomings in reporting contributions towards the sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 28(4), 1299–1312. <https://doi.org/10.1002/csr.212>

Diaz-Sarachaga, J. (2021). Shortcomings in reporting contributions towards the sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 28(4), 1299–1312. <https://doi.org/10.1002/csr.2129>

DiMaggio, P. & Powell, W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.

Elalfy, A., Weber, O. & Geobey, S. (2021). The Sustainable Development Goals (SDGs): a rising tide lifts all boats? Global reporting implications in a post SDGs world. *Journal of Applied Accounting Research*, 22 (3), 557-575. <https://doi.org/10.1108/JAAR-06-2020-0116>

Ferreira, P. M. (2020). Rumo a 2030: os municípios e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flor.

Fiorani, G. & Di Gerio, C. (2022), Reporting university performance through the Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda: Lessons learned from Italian case study, *Sustainability*, 14(15), 9006. <https://doi.org/10.3390/su14159006>

Fonseca, L. & Carvalho, F. (2019). The Reporting of SDGs by Quality , Environmental, and Occupational Health and The Reporting of SDGs by Quality, Environmental, and Occupational Health and Safety-Certified Organizations. *Sustainability*, 11(20), 5797. <https://doi.org/10.3390/su11205797>

Freeman, R. (1984). *Strategic Management: A Stakeholder Perspective*. Pitman

Galli, A., Iha, K., Pires, S., Mancini, M., Alves, A., Zokai, G. & Wackernagel, M. (2020). Assessing The Ecological Footprint and Biocapacity of Portuguese Cities. Critical Results for Environmental Awareness and Local Management. *Cities*, 96, 102442, 1-11 <https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.102442>

García-Meca, E. & Martínez-Ferrero, J. (2021). Is SDG reporting substantial or symbolic? An examination of controversial and environmentally sensitive industries. *Journal of Cleaner Production*, 298, 12678. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.126781>

García-Sánchez, I. M., Aibar-Guzmán, B., Aibar-Guzmán, C., & Somohano-Rodríguez, F. M. (2022). The drivers of the integration of the sustainable development goals into the non-financial information system: Individual and joint analysis of their influence. *Sustainable Development*, 30(4), 513-524. <https://doi.org/10.1002/sd.2246>

García-Sánchez, I. M., Amor-Esteban, V., Aibar-Guzmán, C., & Aibar-Guzmán, B. (2023a). Translating the 2030 Agenda into reality through stakeholder engagement. *Sustainable Development*, 31(2), 941-958. <https://doi.org/10.1002/sd.2431>

García-Sánchez, I. M., Ortiz-Martínez, E., Marín-Hernández, S., & Aibar-Guzmán, B. (2023b). How does the European Green Deal affect the disclosure of environmental information?. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 30(6), 2766-2782. <https://doi.org/10.1002/csr.2514>

García-Sánchez, I. M., Rodríguez-Ariza, L., Aibar-Guzmán, B., & Aibar-Guzmán, C. (2020). Do institutional investors drive corporate transparency regarding business contribution to the sustainable development goals? *Business Strategy and the Environment*, 29(5), 2019-2036. <https://doi.org/10.1002/bse.2485>

Garrido-Ruso, M., Aibar-Guzmán, B., & Monteiro, A. P. (2022). Businesses' Role in the Fulfillment of the 2030 Agenda: A Bibliometric Analysis. *Sustainability*, 14(14), 8754. <https://doi.org/10.3390/su14148754>

Gazzola, P., Pezzetti, R., Amelio, S., & Grechi, D. (2020). Non-financial information disclosure in Italian public interest companies: A sustainability reporting perspective. *Sustainability*, 12(15), 1–16. <https://doi.org/10.3390/su12156063>

Global Reporting Initiative (GRI, 2022). State of progress: business contributions to the SDGs. A 2020-2021 study in support the Sustainable development goals.

GRI & UN Global Compact (2018). Integrating the Sustainable Development Goals into Corporate Reporting: A Practical Guide. [www.unglobalcompact.org/library/5628](http://www.unglobalcompact.org/library/5628)

GRI & UN Global Compact. (2018). In focus: Addressing investor needs in business reporting on the SDGs.

GRI & UN Global Compact. (2017). Business reporting on the SDGs, An Analysis of the Goals and Targets.

Guarini, E., Mori, E. & Zuffada E. (2022) Localizing the sustainable development goals: A managerial perspective. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management* 34(5): 583–601. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-02-2021-0031>

Guerra, J., & Schmidt, L. (2009). Da Carta aos Compromissos de Aalborg-Sustentabilidade local em Portugal no contexto europeu. Seminário internacional “Experiências da Agenda 21-o desafio do nosso tempo”, 27-29 novembro 2009.

Guerrero-Gómez; T., Navarro-Galera; A. & Ortiz-Rodríguez, D. (2021). Promoting Online Transparency to Help Achieve the Sustainable Development Goals: An Empirical Study of Local Governments in Latin America. *Sustainability*, 13, 1837. <https://doi.org/10.3390/su13041837>

Gutiérrez-Ponce, H. & Wibowo, S. A. (2023). Sustainability Reports and Disclosure of the Sustainable Development Goals (SDGs): Evidence from Indonesian Listed Companies. *Sustainability*, 15(24), 16919. <https://doi.org/10.3390/su152416919>

Haywood, L. & Boihang, M. (2021) Business and the SDGs: Examining the early disclosure of the SDGs in annual reports, *Development Southern Africa*, 38:2, 175-188, DOI: 10.1080/0376835X.2020.1818548

Heichl, V. & Hirsch, S. (2023). Sustainable fingerprint – Using textual analysis to detect how listed EU firms report about ESG topics. *Journal of Cleaner Production*, 426, 138960. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2023.138960>

Heras-Saizarbitoria, I., Urbietta, L., & Boiral, O. (2022). Organizations’ engagement with sustainable development goals: From cherry-picking to SDG-washing?. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 29(2), 316–328. <https://doi.org/10.1002/csr.2202>

Hummel, K. & Szekely, M. (2022). Disclosure on the Sustainable Development Goals–Evidence from Europe. *Accounting in Europe*, 19(1), 152-189 <https://doi.org/10.1080/17449480.2021.1894347>

Ignatova, I. (2024). Development of Sustainability Disclosure Standards as the IFRS Foundation's new area of activities. *Finance and Credit*. 30(5), 1061-1074, DOI: 10.24891/fc.30.5.1061

Izzo, M., Ciaburri, M., & Tiscini, R. (2020). The challenge of sustainable development goal reporting: The first evidence from Italian listed companies. *Sustainability*, 12 (8), p 3494. <https://doi.org/10.3390/su12083494>

Jimenez, D., Franco, I. B., & Smith, T. (2021). A review of corporate purpose: An approach to actioning the sustainable development goals (SDGs). *Sustainability*, 13(7), 3899. <https://doi.org/10.3390/su13073899>

Jones, H. (2010). Sustainability reporting matters: what are national governments doing about it?. *The Association of Chartered Certified Accountants– ACCA*. London.

Joseph, C., Sawani, Y., Janggu, T., Hossen, R. & Atan, P. (2021). Development of a Sustainable Development Goals Disclosure Index (SDGDi) for Malaysian Local Authorities, *Journal of Research and Practice in Public Sector Accounting and Management*, 11(1), 61 – 79. <https://doi.org/10.58458/ipnj.v11.01.04.0070>

Khan, M. (2022). ESG disclosure and firm performance: a bibliometric and meta analysis, *Research in International Business and Finance*, 61, 101668, <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2022.101668>

KPMG (2017). Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro. <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/ods/pwc-report-ods.pdf>

KPMG (2020). The Time Has Come: The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020. [WWW Document]. [https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/be/pdf/2020/12/The\\_Time\\_Has\\_Come\\_KPMG\\_Survey\\_of\\_Sustainability\\_Reporting\\_2020.pdf](https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/be/pdf/2020/12/The_Time_Has_Come_KPMG_Survey_of_Sustainability_Reporting_2020.pdf)

KPMG (2022). Big shifts, small steps: The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020. [WWW Document]. <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/xx/pdf/2022/10/ssr-small-steps-big-shifts.pdf>

Krantz, V. & Gustafsson, S. (2021). Localizing the sustainable development goals through an integrated approach in municipalities: early experiences from a Swedish forerunner. *Journal of Environmental Planning and Management*, 64(14), 2641–2660. <https://doi.org/10.1080/09640568.2021.1877642>

- La Torre, M., Sabelfeld, S., Blomkvist, M. & Dumay, J. (2020). Rebuilding trust: sustainability and non-financial reporting and the European Union regulation. *Meditari Accountancy Research*, 28(5), 701-725. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2020-0914>
- Lafferty, W. M., & Eckerberg, K. (Eds.). (2013). From the Earth Summit to Local Agenda 21: working towards sustainable development. Routledge.
- Lamprinidi, S., & Kubo, N. (2008). Debate: The global reporting initiative and public agencies. *Public Money Management*, 28(6), 326–329. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9302.2008.00663.x>
- Leal Filho, W., Frankenberger, F., Salvia, AL, Azeiteiro, U., Alves, F., Castro, P., Will, M., Platje, J., Lovren, V., Brandli, L., Price, E., Doni, F., Mifsud, M., and Ávila, L. (2021). A framework for the implementation of the Sustainable Development Goals in university programs. *Journal of Cleaner Production*, 299, 126915. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.126915>
- Leal Filho, W., Shiel, C., Paço, A., Mifsud, M., Ávila, L.V., Brandli, et al. (2019), Sustainable development goals and sustainability teaching at universities: falling behind or getting ahead of the pack?, *Journal of Cleaner Production*, 232, 285-294. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.05.309>
- Lemos, K., Monteiro, S, Marques, R., (2023). Non-financial disclosure of large Portuguese companies and its determinants factors. 9th ERAZConference: Knowledge Based Sustainable Development, 1 June, Prague
- Lima, A. M., Oliveira, L., Menezes, C. & Caria, A. (2019). The Sustainability Reporting by Portuguese Municipalities, II Congresso Internacional de Contabilidade Pública, 14-15 março
- Loureiro, A.; Monteiro, S. & Ribeiro, V. (2023). Exploring the SDGs in the Non-Financial Reporting Practices by the Largest Portuguese Companies: A Longitudinal Analysis Since the 2030 Agenda Approval, Chapter book, IGI Global -Enhancing Sustainability Through Non-Financial Reporting, 1-19, ISBN13: 9781668490761. DOI: 10.4018/978-1-6684-9076-1.ch001
- Loureiro, A.; Monteiro, S.; Guzmán, B.; Ribeiro, V. & Lemos, K. (2024). The 2030 agenda in non-financial reporting: drivers for sustainable development goals reporting (SDGR) in the Portuguese context. *Esic Market Economics and Business Journal*, vol. 55, nº 3, septiembre-diciembre 2024, e354. DOI: 10.7200/esicm.55.354 (forthcoming)
- Loureiro, A.; Monteiro, S.; Ribeiro, V. & Lemos, K. (2022). ISO certification's role in the SDGs reporting process: study of largest Portuguese companies. International Contemporary Financial Management Conference (CFMC|2022). University of Belgrade, 7 -10 December
- Low, S. M., Abdullah, D. F., & Khatib, S. F. (2023). Research trend in Sustainable Development Goals reporting: a systematic literature review. *Environmental Science and Pollution Research*, 1-28. <https://doi.org/10.1007/s11356-023-30122-6>
- Lozano, R. (2003) Sustainable development in higher education. Incorporation, assessment and reporting of sustainable development in higher education institutions. Master thesis, IIIEE, Lund University.
- Lyon, T. P., & Montgomery, A. W. (2015). The means and end of greenwash. *Organization & Environment*, 28 (2), 223-249. <https://www.jstor.org/stable/26164732>.
- Maama, H. & Mkhize, M. (2020) Integration of non-financial information into corporate reporting: A theoretical perspective. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*. 24(2).1-15
- Manes-Rossi, F. & Nicolò, G. (2022). Exploring sustainable development goals reporting practices: From symbolic to substantive approaches—Evidence from the energy sector. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 29(5), 1799–1815. <https://doi.org/10.1002/csr.2328>
- Martínez-Ferrero, J., & García-Meca, E. (2020). Internal corporate governance strength as a mechanism for achieving sustainable development goals. *Sustainable Development*, 28(5), 1189-1198. <https://doi.org/10.1002/sd.2068>
- Masuda, H., Kawakubo, S., Okitasari, M., & Morita, K. (2022). Exploring the role of local governments as intermediaries to facilitate partnerships for the Sustainable Development Goals. *Sustainable Cities and Society*, 82, 103883. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2022.103883>
- Matos, F. (2021). O relato da informação não financeira pelas empresas cotadas na Euronext Lisboa: uma abordagem aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho

- Melloni, G., Symitsi, E., & Chalvatzis, K. (2020). Drivers of Corporate Reporting on Sustainable Development Goals. In *Academy of Management Proceedings 2020*, p. 17470. Briarcliff Manor, NY 10510: Academy of Management. <https://doi.org/10.5465/AMBPP.2020.17470abstract>
- Meschede, C. (2019), Information dissemination related to the Sustainable Development Goals on German local governmental websites, *Aslib Journal of Information Management*, 71 (3), 440-455. <https://doi.org/10.1108/AJIM-08-2018-0195>
- Midin, M., Joseph, C. & Mohamad, N. (2016). Advancing sustainable development in the public sector via stakeholders' engagement disclosure website. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 224, 93-100. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.05.408>
- Minutiello, V., & Tettamanzi, P. (2021). The quality of nonfinancial voluntary disclosure: A systematic literature network analysis on sustainability reporting and integrated reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 1–18. <https://doi.org/10.1002/csr.2195>
- Mio, C., Fasan, M., Marcon, C. & Panfilo, S. (2020). The predictive ability of legitimacy and agency theory after the implementation of the EU directive on non-financial information. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(6), 2465–2476. <http://dx.doi.org/10.1002/csr.1968>
- Mohieldin, M., Wahba, S., Gonzalez-Perez, M. & Shehata, M. (2022). The Role of Local and Regional Governments in the SDGs: The Localization Agenda, in *Business, Government and the SDGs: The Role of Public-Private Engagement in Building a Sustainable Future*, Palgrave Macmillan, pp. 105–137.
- Molho, S., Monteiro, S. & Ribeiro, V. (2023) The use of Information and Communication Technologies to report on Sustainable Development Goals in Portuguese Municipalities: Case study of ODSlocal platform, CISTI 2023 18th Iberian Conference on Information Systems and Technologies, University of Aveiro 20 - 23 of June 2023
- Monteiro, S., Ribeiro, V., Vilhena, E., Lemos, K. & Molho, C. (2024a). Determinants of online-reporting on sustainable development goals: the case of Portuguese Higher Education Institutions. *Social Responsibility Journal*. 20 (3), 462-484. <https://doi.org/10.1108/SRJ-01-2023-0044>
- Monteiro, S., Ribeiro, V., Gomes, P., (2024b). Determinants of the sustainable development goals disclosure on websites of Portuguese Municipalities. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais, forthcoming*
- Monteiro, S., Ribeiro, V., Gomes, P., Fernandes, M. & Molho, C., (2024c). What are the drivers of sustainable development web-reporting in Portuguese local governments? *Measuring Business Excellence: Special issue "Measuring, Monitoring and Reporting Sustainable Development Goals performance"*, Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/MBE-03-2024-0027>
- Monteiro, S., Amor-Esteban, V., Lemos, K. & Ribeiro, V. (2023a). Are we doing the same? A worldwide analysis of SDG business practices. *AIMS Environmental Science*, 10 (4), 446–466. <https://doi.org/10.3934/envirosci.2023025>
- Monteiro, S., Ribeiro, V. & Molho, C. (2023b), A 5 pillars approach to the sustainable development goals performance and reporting in Portuguese higher education institutions. Proposal for an applied framework, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 25 (1), 104-123. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2023-0047>
- Monteiro, S., Ribeiro, V. & Lemos, K. (2022), Sustainable development goals-related disclosures: university of Minho's webpage and sustainability reports, in Eugénio, T., Azevedo, G. and Fialho, A. (Eds), *Modern Regulations and Practices for Social and Environmental Accounting*, IGI Global Publisher, April, pp. 251-268, <http://10.4018/978-1-7998-9410-0.ch013>
- Monteiro, S., Ribeiro, V., & Lemos, K. (2020). Linking Corporate Social Responsibility Reporting with the UN Sustainable Development Goals: Evidence from the Portuguese Stock Market. In I. S. Paiva, & L. C. Carvalho (Eds.), *Conceptual and Theoretical Approaches to Corporate Social Responsibility, Entrepreneurial Orientation, and Financial Performance* (pp. 134-151). IGI Global. <http://doi.org/10.4018/978-1-7998-2128-1.ch007>
- Mor, S., Aneja, R., Madan, S., & Ghimire, M. (2023). Kyoto Protocol and Paris Agreement: Transition from Bindings to Pledges – A Review. *Millennial Asia*. 0(0).<https://doi.org/10.1177/09763996221141546>
- Mutiarani, N., & Siswantoro, D. (2020). The impact of local government characteristics on the accomplishment of Sustainable Development Goals (SDGs). *Cogent Business & Management*, 7(1), 1-11. <https://doi.org/10.1080/23311975.2020.1847751>

- Nichita, E.-M., Nechita, E., Manea, C. Manea, D. & Irimescu, A.-M. (2020). Reporting on Sustainable Development Goals. A score-based approach with company-level evidence from Central-Eastern Europe economies. *Journal of Accounting and Management Information Systems*, 19(3), 502-542. <http://dx.doi.org/10.24818/jamis.2020.03004>
- Nicolò, G., L'Abate, V., Raimo, N. & Vitolla, F. (2024). Exploring the antecedents of local governments' sustainability disclosure: The role of the mayor. *Journal of Public Affairs: an International Journal*, 24(1), e2908. <https://doi.org/10.1002/pa.2908>
- Nicolò, G., Andrades-Peña, F., Ferrullo, D. & Martinez-Martinez, D. (2023a). Online sustainable development goals disclosure: A comparative study in Italian and Spanish local governments. *Business Ethics, the Environment & Responsibility*, 32(4), 1490-1505. <https://doi.org/10.1111/beer.12584>
- Nicolò, G., Zanellato, G., Tiron-Tudor, A., & Tartaglia Polcini, P. (2023b). Revealing the corporate contribution to sustainable development goals through integrated reporting: a worldwide perspective. *Social Responsibility Journal*, 19(5), 829-857. <https://doi.org/10.1108/SRJ-09-2021-0373>
- Ningrum, D., Raven, R., Malekpour, S., Moallemi, E., & Bryan, B. (2023). Transformative potential in sustainable development goals engagement: Experience from local governance in Australia. *Global Environmental Change*, 80, 1–12. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2023.102670>
- Oliveira, G., Vidal, D., & Maia, R. (2020). Monitoring Portuguese living conditions at local scale: a case study based on sustainable development indicators. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 27(2), 140-152. <https://doi.org/10.1080/13504509.2019.1678204>
- Oliver, C. (1991). Strategic Responses to Institutional Processes. *Academy of Management Review*. 16(1), 145-179. <https://doi.org/10.2307/258610>
- Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development. New York.
- Ottenstein, P., Erben, S., Jost, S., Weuster, C.W. & Zülch, H. (2022). From voluntarism to regulation: effects of Directive 2014/95/EU on sustainability reporting in the EU. *Journal of Applied Accounting Research*, 23 (1), 55-98. <https://doi.org/10.1108/JAAR-03-2021-0075>
- Pacheco, J., Teijeiro-Álvarez, M. & García-Alvaréz, M. (2020). Sustainable development in the economic, environmental, and social fields of Ecuadorian universities, *Sustainability*, 12 (18), 7384. <https://doi.org/10.3390/su12187384>
- Paletta, A. & Bonoli, A. (2019), Governing the university in the perspective of the United Nations 2030 Agenda: The case of the University of Bologna, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 20(39), 500-514. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2019-0083>
- Paletta, A., Fochi, P., Toschi, T. & Ubertini, F. (2020). Adoption of the SDGs as a reporting framework at the Alma Mater Studiorum (University of Bologna) in Italy. in Nhamo, G. & Mjimba, V. (eds.), Sustainable Development Goals and Institutions of Higher Education, Sustainable Development Goals Series, 185-197.
- Pereira, L., Lemos, K.; Monteiro, S., Ribeiro, V. (2020). The Determinants of Non-Financial Reporting in Portuguese Listed Companies, Proceedings of the 35th International Business Information Management Association Conference (IBIMA), 1-2 April 2020 Seville, Spain, ISBN: 978-0-9998551-4-1.
- Pizzi, S., Caputo, A., Corvino, A., & Venturelli, A. (2020). Management research and the UN sustainable development goals (SDGs): A bibliometric investigation and systematic review. *Journal of Cleaner Production*, 276, 124033. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124033>
- Pizzi, S., Del Baldo, M., Caputo, F., & Venturelli, A. (2022). Voluntary disclosure of Sustainable Development Goals in mandatory non-financial reports: The moderating role of cultural dimension. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 33(1), 83–106. <https://doi.org/10.1111/jifm.12139>
- Pizzi, S., Mastroleo, G., Venturelli, A. & Caputo, F. (2024). The digitalization of sustainability reporting processes: A conceptual framework. *Business Strategy and the Environment*, 1– 11. <https://doi.org/10.1002/bse.3544>
- Pizzi, S., Rosati, F. & Venturelli, A. (2021). The determinants of business contribution to the 2030 Agenda : Introducing the SDG Reporting Score. *Business Strategy and the Environment*, 30 (1), 404-421. <https://doi.org/10.1002/bse.2628>

- Primec, A. & Belak, J. (2022). Sustainable CSR: Legal and Managerial Demands of the New EU Legislation (CSRD) for the Future Corporate Governance Practices. *Sustainability*, 14, 16648. <https://doi.org/10.3390/su142416648>
- Puertas, R. & Marti, L. (2022). Regional analysis of the sustainable development of two Mediterranean countries: Spain and Italy. *Sustainable Development*, 31(2), 797-811. <https://doi.org/10.1002/sd.2420>
- Rego, C., Ramos, I. J., Lucas, M. R., Baltazar, M. S., & Dionísio, A. (2021). New geography in old territories: a multivariate approach based on Portuguese regions. *Regional Studies, Regional Science*, 8(1), 25-50. <https://doi.org/10.1080/21681376.2020.1860807>
- Reinar, M. B., & Lundberg, A. K. (2023). Goals à la carte: selective translation of the Sustainable Development Goals in strategic municipal planning in Norway. *Journal of Environmental Planning and Management*.1-17, <https://doi.org/10.1080/09640568.2023.2191816>
- Reuter, T. A. (2023). SDG localization: finding the middle ground to top-down and bottom-up approaches with the help of digital networking. *Sustainability: Science, Practice, and Policy*, 19(1). <https://doi.org/10.1080/15487733.2023.2207372>
- Ribeiro-García, M., Aibar-Guzmán, C., Aibar-Guzmán (2023). The 2030 Agenda in local entities: Does gender matter in reporting on the Sustainable Development Goals?, *Cities*, 141, 104461. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2023.104461>
- Ribeiro, V., Monteiro, S., Rodrigues, M. (2024a). The reporting of SDGs in Portuguese municipalities: a longitudinal study. ICABM 2024, 21 junho 2024
- Ribeiro, V., Monteiro, S., Rodrigues, M. (2024b). Assessing SDG reporting in Portugal: municipal and report-level determinants factors. III International conference on Sustainable Finance (ICSF 2024), Málaga, 19-20 setembro 2024
- Ribeiro, V., Monteiro, S. & Moura, A. (2017). Explanatory factors of social responsibility disclosure on Portuguese municipalities' websites. In W. Leal Filho, D-M. Pociovalisteanu, & A. Al-Amin (eds), *Sustainable Economic Development*. World Sustainability Series, Springer.
- Ribeiro, V.; Monteiro, S., Moura, A. (2016). Determinants of Sustainability e-reporting in Portuguese municipalities: an institutional and legitimacy theoretical framework, *Corporate Responsibility and Stakeholding, Developments in Corporate Governance and Responsibility*, 10, 131-163. <https://doi.org/10.1108/S2043-052320160000010011>
- Rieiro-García, M., Aibar-Guzmán, B & Aibar-Guxmán, C. (2023). The 2030 Agenda in Spanish local entities: Does the government's ideological color matter? *Politics & Policy*. 51(3),800–829. <http://dx.doi.org/10.1111/polp.12553>
- Roberto F., Maglio, R., Monteiro, S., Ribeiro; V., Pinto, B. (2024). Driving Sustainability: How University Governance Influences SDG e-Disclosure Quality. EGPA 2024 Conference, Athenas, Greece, 3-4 september
- Roberto F., Maglio, R., Monteiro, S., Ribeiro; V., Molho, C. (2023). SDGs disclosure via websites: A Comparative Analysis of Italian and Portuguese Universities. EGPA 2023 conference, Zagreb, Croatia, 5-8 september
- Roberts, R. (1992). Determinants of corporate social responsibility disclosure: an application of Stakeholder Theory. *Accounting, Organizations and Society*. 17 (6), 595-612. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90015-K](https://doi.org/10.1016/0361-3682(92)90015-K)
- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2019a). Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, 215, 1312–1326. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.107>
- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2019b). Business contribution to the Sustainable Development Agenda : Organizational factors related to early adoption of SDG reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(3), 588-597. <https://doi.org/10.1002/csr.1705>
- Rossi, F., Brusca, I., Cohen, S. and Lorson, P. (2023). Alternative reporting and non-financial accounting formats, in: Lorson, P.C. Jorge, S., Hausteine, E. (2023), *European Public Sector Accounting*, 2. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra
- Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G. (2024). The SDGs and the UN Summit of the Future. Sustainable Development Report 2024. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press. 10.25546/108572
- Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G., Drumm, E. (2023). Implementing the SDG Stimulus. Sustainable Development Report 2023. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press, 2023. 10.25546/102924

- Sawani, Y., Joseph, C., Janggu, T., Hossen, R., & Atan, P. (2023). Content Analysis of Sustainable Development Goals Information on Malaysian City Councils' Websites. *IPN Journal of Research and Practice in Public Sector Accounting and Management*, 12(1), 1-32. <http://dx.doi.org/10.58458/ipnj.v12.01.01.0074>
- Pinheiro, A., Mazzo, G., Lopes, G., & Branco, M. (2023). A Bird's Eye View: Uncovering the Impact of Stakeholder Pressure on Sustainable Development Goal Disclosure. *Sustainability*, 15, 16156. <https://doi.org/10.3390/su152316156>
- SDG Compass. (2015). *The guide for business action on the SDGs*. <https://sdgcompass.org>
- Silva, A. (2021). A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Portugueses. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
- Singhania, M. & Chadha, G. (2023). Thirty years of sustainability reporting research: a scientometric analysis. *Environmental Science and Pollution Research*, 30, 102047–102082. <https://doi.org/10.1007/s11356-023-29452-2>
- Suchman, M. (1995) Managing Legitimacy: Strategic and Institutional approaches. *The Academy of Management Review*, 20(3), 571–610. <http://dx.doi.org/10.2307/258788>
- Tjandradewi, B. I., & Srinivas, H. (2018). Localization of SDGs: Role of local governments. *Yokohama City University review series of social sciences, Repository*, 70 (2), 335-351.
- Tsalis, T. A., Malamateniou, K. E., Koulouriotis, D., & Nikolaou, I. E. (2020). New challenges for corporate sustainability reporting: United Nations' 2030 Agenda for sustainable development and the sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(4), 1617–1629. <https://doi.org/10.1002/csr.1910>
- Vallez, M., Lopezosa, C. & Pedraza-Jiménez, R. (2022). A study of the web visibility of the SDGs and the 2030 Agenda on university websites, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 23 (8), 41-59. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-09-2021-0361>
- van der Waal, J. W. H., & Thijssens, T. (2020). Corporate involvement in Sustainable Development Goals: Exploring the territory. *Journal of Cleaner Production*, 252, 119625. [10.1016/j.jclepro.2019.119625](https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.119625)
- Vilalta, J. M., Betts, A., & Gomez, V. (2018). Higher Education's role in the 2030 agenda: The why and how of GUNi's commitment to the SDGs. In J. Vilalta, A. Betts & V. Gómez (Eds.), *Sustainable Development Goals: Actors and Implementation. A Report from the International Conference* (p. 10-13), Barcelona
- Vithana, K., Soobaroyen, T. & Ntim, C. (2021). Human Resource Disclosures in UK Corporate Annual Reports: To What Extent Do These Reflect Organisational Priorities Towards Labour?. *Journal of Business Ethics*, 169, 475–497 (2021). <https://doi.org/10.1007/>
- Walraven, B. (2020). Integrating the SDGs into municipality sustainability reporting: a case study at the municipality of Rheden. Essay, University of Twente.
- Weerasinghe, T., Samudrage, D., & Gunarathne, N. (2023). The influence of top management team diversity on Sustainable Development Goals (SDG) reporting: Evidence from Sri Lanka. *Business Strategy and the Environment*, 32(8), 5922–5934. <https://doi.org/10.1002/bse.3465>
- Westphal, M., Franceschini, M. & Setti, A. (2018). How Can the Healthy Municipalities, Cities and Communities Strategy Advance the Sustainable Development Goals Agenda? Lessons from Agenda 21 and the MDGs in Brazil. In Azeiteiro, U., Akerman, M., Leal Filho, W., Setti, A., Brandli, L. (eds) *Lifelong Learning and Education in Healthy and Sustainable Cities*. World Sustainability Series. Springer
- Williams, B., Wilmschurst, T. & Clift, R. (2021). Sustainability reporting by local government in Australia: Current and future prospects. *Accounting Forum*, 35(3), 176-186. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2011.06.004>
- Zampone, G., Nicolò, G. & De Iorio, G. (2022). Gender diversity and SDG disclosure: the mediating role of the sustainability committee. *Journal of Applied Accounting Research*, 25 (1), 171-193. <https://doi.org/10.1108/JAAR-06-2022-0151>
- Zhou, L., Rudhumbu, N., Shumba, J., & Olumide, A. (2020). Role of Higher Education Institutions in the implementation of Sustainable Development Goals, In G. Nhamo & V. Mjimba (Eds.), *Sustainable Development Goals and Institutions of Higher Education* (p. 87-96), Switzerland: Springer.
- Zinkernagel, R., J. Evans & L. Neij. (2018). Applying the SDGs to Cities: Business as Usual or a New Dawn? *Sustainability*, 10 (9), 3201. <https://doi.org/10.3390/su10093201>